

# DIREITO ADMINISTRATIVO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<b><u>Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021</u></b>	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
<b><u>Medida Provisória nº 918, de 3 de janeiro de 2020</u></b>	Cria funções de confiança destinadas à Polícia Federal e extingue cargos em comissão.
<b><u>Lei Federal nº 13.966, de 26 de dezembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre o sistema de franquias empresariais e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia). <u>Mensagem de veto</u>
<b><u>Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
<b><u>Lei Federal nº 13.933, de 11 de dezembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, para vedar a outorga do título de patrono ou patrona a pessoas vivas.
<b><u>Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
<b><u>Lei Federal nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019</u></b>	Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).
<b><u>Decreto Federal nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciadores de ilícitos e de irregularidades praticados contra a

	administração pública federal direta e indireta e altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018.
<b><u>Decreto Federal nº 10.134, de 26 de novembro 2019</u></b>	Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
<b><u>Decreto Federal nº 10.133, de 26 de novembro de 2019</u></b>	Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável.
<b><u>Lei Federal nº 13.912, de 25 de novembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para ampliar o prazo de impedimento de que trata o art. 39-A, estender sua incidência a atos praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos e instituir novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas.
<b><u>Decreto Federal nº 10.130, de 25 de novembro de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
<b><u>Lei Federal nº 13.903, de 19 de novembro de 2019</u></b>	Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil) e altera as Leis nos 7.783, de 28 de junho de 1989, e 6.009, de 26 de dezembro de 1973.
<b><u>Medida Provisória nº 906, de 19 de novembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
<b><u>Decreto Federal nº 10.113, de 12 de novembro de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
<b><u>Decreto Federal nº 10.112, de 12 de novembro de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, para dispor sobre o Programa Mulher Segura e Protegida.
<b><u>Decreto Federal, nº 10.107, de 06 de novembro de 2019</u></b>	Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.
<b><u>Decreto Federal, nº 10.106, de 06 de novembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos Sistemas Prisionais Estaduais no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
<b><u>Decreto Federal nº 10.067, de 15 de outubro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a qualificação da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

<p><b><u>Decreto Federal nº 10.055, de 14 de outubro de 2019</u></b></p>	<p>Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo, para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.882, de 08 de outubro de 2019</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.035, de 1º de outubro 2019</u></b></p>	<p>Institui a Plataforma +Brasil no âmbito da administração pública federal.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.034, de 1º de outubro de 2019</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018, e o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, para dispor sobre o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.032, de 1º de outubro de 2019</u></b></p>	<p>Altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, para dispor sobre as competências dos consórcios públicos de Município no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.029, de 26 de setembro de 2019</u></b></p>	<p>Autoriza o Banco Central do Brasil a reconhecer como de interesse do Governo brasileiro a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.026, de 25 de setembro de 2019</u></b></p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.648, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019</u></b></p>	<p>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns,</p>

	incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal
<b><u>Lei Federal nº 13.872, de 17 de setembro de 2019</u></b>	Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.
<b><u>Lei Federal nº 13.870, de 17 de setembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel.
<b><u>Decreto Federal nº 10.015, de 12 de setembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a atuação da União durante a Copa do Mundo Sub-17 da Fifa Brasil 2019.
<b><u>Medida Provisória nº 895, de 06 de setembro 2019</u></b>	Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze a vinte e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 10.004, de 05 de setembro de 2019</u></b>	Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
<b><u>Lei Federal nº 13.868, de 03 de setembro de 2019</u></b>	Altera as Leis nos 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias.
<b><u>Decreto Federal nº 9.959, de 08 de agosto de 2019</u></b>	Revoga o Decreto nº 1.278, de 13 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Decreto Federal nº 9.926, de 19 de julho de 2019</u></b>	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.877, de 27 de junho de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015, para dispor sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.870, de 27 de junho de 2019</u></b>	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e remaneja cargos em comissão.
<b><u>Lei Federal nº 13.848, de 25 de junho de 2019</u></b>	Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº

	9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. <u>Mensagem de veto</u>
<b><u>Lei Federal nº 13.821, de 03 de maio de 2019</u></b>	Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, por ocasião da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.
<b><u>Decreto Federal nº 9.760, de 11 de abril de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
<b><u>Decreto Federal nº 9.758, de 11 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal.
<b><u>Decreto Federal nº 9.725, de 12 de março de 2019</u></b>	Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações.
<b><u>Decreto Federal nº 9.723, de 11 de março de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e o Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018, para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
<b><u>Decreto Federal nº 9.713, de 21 de fevereiro de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.
<b><u>Lei Federal nº 13.803, de 10 de janeiro de 2019</u></b>	Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

<b><u>Lei Federal nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.
<b><u>Lei Federal nº 13.785, de 27 de dezembro de 2018</u></b>	Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais e estabelece regras a serem observadas pelo guia-motorista na execução dos serviços de transporte turístico.
<b><u>Decreto Federal nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.
<b><u>Medida Provisória nº 856, de 13 de dezembro de 2018</u></b>	Delega à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a responsabilidade pela contratação de prestador emergencial e temporário do serviço público de distribuição de energia elétrica.
<b><u>Decreto Federal nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018</u></b>	Regulamenta a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e a gestão dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.
<b><u>Decreto Federal nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.
<b><u>Medida Provisória nº 862, de 04 de dezembro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole.
<b><u>Decreto Federal nº 9.587, de 27 de novembro de 2018</u></b>	Instala a Agência Nacional de Mineração e aprova a sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão.
<b><u>Decreto Federal nº 9.586, de 27 de novembro de 2018</u></b>	Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.
<b><u>Decreto Federal nº 9.582, de 23 de novembro de 2018</u></b>	Regulamenta o art. 4º da medida provisória nº 855, de 13 de novembro de 2018, que dispõe sobre o reconhecimento de direito a recursos associados às concessões de distribuição incluídas pelo art. 8º da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e altera a lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
<b><u>Decreto Federal nº 9.577, de 22 de novembro de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, para retificar erro material constante das características de segurança do verso da Carteira de Identidade em cartão.

<p><b><u>Decreto Federal nº 9.576, de 22 de novembro de 2018</u></b></p>	<p>Promulga o Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, firmado pela República Federativa do Brasil em Córdoba, em 28 de novembro de 2007.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.732, de 8 de novembro de 2018</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para definir que a receita tem validade em todo o território nacional, independentemente da unidade federada em que tenha sido emitida.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.546, de 30 de outubro 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018</u></b></p>	<p>Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018</u></b></p>	<p>Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.512, de 27 de setembro de 2018</u></b></p>	<p>Extingue órgãos colegiados relativos à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e revoga os Decretos que dispõem sobre o assunto.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.716, de 24 de setembro de 2018</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018</u></b></p>	<p>Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</p>
<p><b><u>Medida Provisória nº 851, de 10 de setembro de 2018</u></b></p>	<p>Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.</p>

<b><u>Decreto Federal nº 9.493, de 05 de setembro de 2018</u></b>	Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.
<b><u>Decreto Federal nº 9.488, de 30 de agosto de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPI, do Poder Executivo federal.
<b><u>Decreto Federal nº 9.475, de 16 de agosto de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
<b><u>Decreto Federal nº 9.469, de 14 de agosto de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, para dispor sobre diretrizes e critérios para a qualificação de Organizações Sociais - OS.
<b><u>Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Parcialmente vetada.
<b><u>Decreto Federal nº 9.466, de 13 de agosto de 2018</u></b>	Regulamenta a Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, que transforma a Autoridade Pública Olímpica - APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico - Aglo, e a governança do legado olímpico.
<b><u>Lei Federal nº 13.703, de 8 de agosto de 2018</u></b>	Institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.
<b><u>Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018</u></b>	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
<b><u>Medida Provisória nº 844, de 06 de julho de 2018</u></b>	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.
<b><u>Medida Provisória nº 843, de 05 de julho de 2018</u></b>	Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.432, de 29 de junho de 2018</u></b>	Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.
<b><u>Lei Federal nº 13.685, de 25 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados



	às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas.
<b><u>Lei Federal nº 13.683, de 19 de junho de 2018</u></b>	Altera as Leis nos 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Parcialmente vetada.
<b><u>Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018</u></b>	Atualiza os valores das modalidades de licita�o de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
<b><u>Lei Federal nº 13.680, de 14 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscaliza�o de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.
<b><u>Decreto Federal nº 9.404, de 11 de junho de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, est�dios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
<b><u>Lei Federal nº 13.673, de 5 de junho de 2018</u></b>	Altera as Leis nós 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulga�o de tabela com a evolu�o do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos.
<b><u>Decreto Federal nº 9.396, de 30 de maio de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracteriza�o das situa�es de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família.
<b><u>Medida Provisória nº 835, de 29 de maio de 2018</u></b>	Autoriza o acesso aos estoques de milho em gr�os do Governo Federal do Programa de Vendas em Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento aos criadores de aves e suínos e às indústrias de processamento de ra�o animal de todo o País.
<b><u>Decreto Federal nº 9.385 de 26 de maio de 2018</u></b>	Autoriza a requisiza�o de veículos particulares necessários ao transporte rodoviário de cargas consideradas essenciais pelas autoridades envolvidas nas a�es de desobstru�o de vias públicas determinadas pelo Decreto nº 9.382, de 25 de maio de 2018.
<b><u>Decreto Federal nº 9.383, de 25 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a qualifica�o de empreendimentos de instala�o de transmissão de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

<p><b><u>Medida Provisória nº 833, de 27.5.2018</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever que, em todo o território nacional, os veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais ficarão isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.378, de 21 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, para dispor sobre a Secretaria Nacional do Consumidor e sobre as competências e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.666, de 16.5.2018</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.376, de 15 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.375, de 15 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.663, de 14.5.2018</u></b></p>	<p>Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.373, de 11 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.362, de 08 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017, que dispõe sobre o processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 9.364, de 08 de maio de 2018</u></b></p>	<p>Altera o regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, para estender benefícios aos usuários dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.</p>

<b><u>Decreto Federal nº 9.365, de 08 de maio de 2018</u></b>	Regulamenta o art. 27, §1º, da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para estabelecer as condições para a participação dos produtores de pequeno porte na comercialização de biodiesel por meio de leilões públicos.
<b><u>Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018</u></b>	Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União.
<b><u>Decreto Federal nº 9.357, de 27 de abril de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz Para Todos”.
<b><u>Decreto Federal nº 9.348, de 17 de abril de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.
<b><u>Lei Federal nº 13.648, de 11 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.647, de 09 de abril 2018</u></b>	Estabelece a obrigatoriedade da instalação de equipamentos para evitar o desperdício de água em banheiros destinados ao público.
<b><u>Lei Complementar Federal nº 162, de 6 de abril de 2018</u></b>	Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).
<b><u>Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.
<b><u>Decreto Federal nº 9.319, de 21 de março de 2018</u></b>	Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
<b><u>Decreto Federal nº 9.315, de 20 de março de 2018</u></b>	Regulamenta a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares.
<b><u>Decreto Federal nº 9.311, de 15 de março de 2018</u></b>	Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

<b><u>Lei Federal nº 13.632, de 6 de março de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.
<b><u>Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018</u></b>	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
<b><u>Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018</u></b>	Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.
<b><u>Medida Provisória nº 818, de 11 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
<b><u>Lei Federal nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018</u></b>	DispÕe sobre o serviço telefÕnico de recebimento de denÙncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança PÙblica para esses fins.
<b><u>Medida Provisória nº 813, de 26 de dezembro de 2017</u></b>	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor PÙblico - PASEP.
<b><u>Lei Federal nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	DispÕe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.
<b><u>Decreto Federal nº 9.242, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Altera o Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional.
<b><u>Decreto Federal nº 9.233, de 7 de dezembro de 2017</u></b>	Promulga a Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados e o Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V da Convenção de 1980.
<b><u>Decreto Federal de 29 de novembro de 2017</u></b>	DispÕe sobre o Conjunto MÍNimo de Dados da Atenção à SaÙde.
<b><u>Lei Federal nº 13.522, de 27 de novembro de 2017</u></b>	Altera a Lei n o 11.664, de 29 de abril de 2008, para estabelecer que serãO desenvolvidas estratÙgias intersetoriais especÍficas para mulheres com dificuldade de acesso às ações de saÙde relativas a prevençãO, detecçãO, tratamento e controle dos cãnceres do colo uterino e de mama.

<b><u>Decreto Federal nº 9.204, de 23 de novembro de 2017</u></b>	Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 9.197, de 14 de novembro de 2017</u></b>	Institui o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios.
<b><u>Decreto Federal nº 9.190, de 1º de novembro de 2017</u></b>	Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
<b><u>Decreto Federal nº 9.187, de 1º de novembro de 2017</u></b>	Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 9.186, de 1º de novembro 2017</u></b>	Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
<b><u>Decreto Federal nº 9.179, de 23 de outubro de 2017</u></b>	Altera o Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.177, de 23 de outubro de 2017</u></b>	Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras.
<b><u>Decreto Federal nº 9.175, de 18 de outubro de 2017</u></b>	Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.
<b><u>Decreto Federal nº 9.172, de 17 de outubro de 2017</u></b>	Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.
<b><u>Lei Federal nº 13.493, de 17 de outubro de 2017</u></b>	Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional. Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.490, de 10 de outubro de 2017</u></b>	Altera o art. 53 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades.
<b><u>Lei Federal nº 13.484, de 26 de setembro de 2017</u></b>	Altera a Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
<b><u>Lei Federal nº 13.479, de 05 de setembro de 2017</u></b>	Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender

	instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.477, de 30 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural. Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.478, de 30 de agosto de 2017</u></b>	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.
<b><u>Lei Federal nº 13.474, de 23 de agosto de 2017</u></b>	Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo); altera a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006; revoga a Lei no 12.396, de 21 de março de 2011; e dá outras providências. Mensagem de veto
<b><u>Decreto Federal nº 9.144, de 22 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
<b><u>Decreto Federal nº 9.143, de 22 de agosto de 2017</u></b>	Regulamenta o § 4º do art. 27 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o § 13 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, altera o Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, o Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, para dispor sobre a concessão e a comercialização de energia elétrica, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 9.127, de 16 de agosto de 2017</u></b>	Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos.
<b><u>Decreto nº 9.117, de 4 de agosto de 2017</u></b>	Altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.
<b><u>Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017</u></b>	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b><u>Medida provisória nº 791, de 25 de julho de 2017</u></b>	Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.
<b><u>Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017</u></b>	Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da

	autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
<b><u>Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017</u></b>	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
<b><u>Lei Federal nº 13.454, de 23 de junho de 2017</u></b>	Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.
<b><u>Decreto Federal nº 9.076, de 07 de junho de 2017</u></b>	Dispõe sobre a Conferência Nacional das Cidades.
<b><u>Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017</u></b>	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.444, de 11 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.443, de 11 de maio de 2017</u></b>	Altera a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
<b><u>Decreto Federal nº 9.036, de 20 de abril de 2017</u></b>	Dispõe sobre a priorização de políticas de fomento aos projetos de empreendimentos públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
<b><u>Decreto Federal nº 9.034, de 20 de abril de 2017</u></b>	Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
<b><u>Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017</u></b>	Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem.
<b><u>Medida Provisória nº 772, de 29 de março de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.
<b><u>Decreto Federal nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016</u></b>	Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.366, de 1 de dezembro de 2016</u></b>	Altera as Leis nos 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para vedar a concessão de tutela antecipada que

	tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior.
<b><u>Decreto Federal nº 8.916, de 25 de novembro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais de transportes para implantação de investimentos por meio de novas parcerias com o setor privado.
<b><u>Medida Provisória nº 752, de 24 de novembro de 2016</u></b>	Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 13.362, de 23 de novembro de 2016</u></b>	Altera a Lei no 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.
<b><u>Medida Provisória nº 751, de 9 de novembro de 2016</u></b>	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 8.897, de 07 de novembro de 2016</u></b>	Revoga o Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, que cria a Loteria Federal sob a modalidade instantânea.
<b><u>Lei Federal nº 13.352, de 27 de outubro de 2016</u></b>	Altera a Lei no 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.
<b><u>Lei Federal nº 13.351, de 25 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016. <u>Mensagem de veto.</u>
<b><u>Decreto Federal nº 8.885, de 24 de outubro de 2016</u></b>	Aprova o Estatuto da Cruz Vermelha Brasileira.
<b><u>Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016</u></b>	Altera a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.
<b><u>Medida Provisória nº 744, de 01 de setembro de 2016</u></b>	Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.
<b><u>Decreto Federal nº 8.828, de 02 de agosto de 2016</u></b>	Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.



<p><b><u>Lei Federal nº 13.329, de 01 de agosto de 2016</u></b></p>	<p>Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. <a href="#">Mensagem de veto</a></p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.323, de 28 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados. Mensagem de veto</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.322, de 28 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 8.010, de 29 de março de 1990; e dá outras providências.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 8.819, de 21 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Altera o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 8.816, de 20 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.</p>
<p><b><u>Decreto Federal nº 8.808, de 15 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Estabelece regras especiais para concessão de diárias para servidores e militares em decorrência dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.312, de 12 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais.</p>
<p><b><u>Lei Federal nº 13.311, de 11 de julho de 2016</u></b></p>	<p>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</p>

<b><u>Lei Federal nº 13.308, de 6 de julho de 2016</u></b>	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.
<b><u>Lei Federal nº 13.307, de 6 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos, paraesportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas.
<b><u>Lei Federal nº 13.305, de 04 de julho de 2016</u></b>	Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose.
<b><u>Decreto Federal nº 8.792, de 29 de junho de 2016</u></b>	Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre os custos com prestação de serviços e o fornecimento de equipamentos e materiais indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
<b><u>Lei Federal nº 13.302, de 27 de junho de 2016</u></b>	Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores. <u>Mensagem de veto</u>
<b><u>Lei Federal nº 13.301, de 27 de junho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei no 6.437, de 20 de agosto de 1977. Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.298, de 20 de junho de 2016</u></b>	Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória no 82, de 7 de dezembro de 2002.
<b><u>Lei Federal nº 13.293, de 1º de junho de 2016</u></b>	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná.
<b><u>Lei Federal nº 13.290, de 23 de maio 2016</u></b>	Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências. Mensagem de veto
<b><u>Decreto Federal nº 8.778, de 16 de maio de 2016</u></b>	Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).

<b><u>Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016</u></b>	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e da outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 8.772, de 11 de maio de 2016</u></b>	Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.
<b><u>Decreto Federal nº 8.754, de 10 de maio de 2016</u></b>	Altera o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
<b><u>Lei Federal nº 13.284, de 10 de maio de 2016</u></b>	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil; e altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que "institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal", e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que "dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016".
<b><u>Decreto Federal nº 8.752, de 9 de maio de 2016</u></b>	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
<b><u>Decreto Federal nº 8.740, de 4 de maio de 2016</u></b>	Altera o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz.
<b><u>Decreto Federal nº 8.737, de 3 de maio de 2016</u></b>	Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
<b><u>Lei Federal nº 13.280, de 3 de maio de 2016</u></b>	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.
<b><u>Lei Federal nº 13.278, de 2 de maio de 2016</u></b>	Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.
<b><u>Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016</u></b>	Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.
<b><u>Decreto Federal nº 8.716, de 20 de abril de 2016</u></b>	Institui o programa de prevenção e proteção individual de gestantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contra o <i>Aedes aegypti</i> .
<b><u>Lei Federal nº 13.271, de 15 de abril de 2016</u></b>	Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. <a href="#">Mensagem de veto</a>

<b><u>Decreto Federal nº 8.714, de 15 de abril de 2016</u></b>	Aprova o Estatuto da Cruz Vermelha Brasileira.
<b><u>Lei Federal nº 13.270, de 13 de abril de 2016</u></b>	Altera o art. 6º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.
<b><u>Lei Federal nº 13.269, de 13 de abril de 2016</u></b>	Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.
<b><u>Lei Federal nº 13.263, de 23 de março 2016</u></b>	Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.261, de 22 de março de 2016</u></b>	Dispõe sobre a normatização, a fiscalização e a comercialização de planos de assistência funerária. Mensagem de veto
<b><u>Decreto Federal nº 8.692, de 16 de março de 2016</u></b>	Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.
<b><u>Decreto Federal nº 8.662, de 1 de fevereiro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> , no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .
<b><u>Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016</u></b>	Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
<b><u>Lei Federal nº 13.236, de 29 de dezembro de 2015</u></b>	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.
<b><u>Lei Federal nº 13.235, de 29 de dezembro de 2015</u></b>	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.
<b><u>Decreto Federal nº 8.619, de 29 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches de crianças de zero a quarenta e oito meses cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

<b><u>Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015</u></b>	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.
<b><u>Decreto Federal nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.
<b><u>Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de 2015</u></b>	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 8.572, de 13 de novembro de 2015</u></b>	Altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, que regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
<b><u>Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015</u></b>	Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
<b><u>Lei nº 13.184, de 4 de novembro de 2015</u></b>	Acrescenta § 2o ao art. 44 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a matrícula do candidato de renda familiar inferior a dez salários mínimos nas instituições públicas de ensino superior.
<b><u>Decreto Federal nº 8.552, de 3 de novembro de 2015</u></b>	Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos.
<b><u>Lei Federal nº 13.179, de 22 de outubro de 2015</u></b>	Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.
<b><u>Lei Federal nº 13.178, de 22 de outubro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei no 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei no 9.871, de 23 de novembro de 1999.
<b><u>Decreto Federal nº 8.541, de 13 de outubro de 2015</u></b>	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.
<b><u>Decreto Federal nº 8.540, de 9 de outubro de 2015</u></b>	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos.
<b><u>Lei Federal nº 13.168, de 6 de outubro de 2015</u></b>	Altera a redação do § 1o do art. 47 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<b><u>Decreto Federal nº 8.537, de 5 de outubro de 2015</u></b>	Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual.
<b><u>Medida Provisória nº 689, de 31 de agosto de 2015</u></b>	Altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
<b><u>Decreto Federal nº 8.500, de 12 de agosto de 2015</u></b>	Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
<b><u>Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015</u></b>	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.
<b><u>Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015</u></b>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
<b><u>Medida Provisória nº 679, de 23 de junho de 2015</u></b>	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei no 12.035, de 1o de outubro de 2009, e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.
<b><u>Medida Provisória nº 678, de 23 de junho de 2015</u></b>	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
<b><u>Decreto Federal nº 8.468, de 17 de junho de 2015</u></b>	Altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, que delega competência para a prática dos atos que menciona.
<b><u>Decreto Federal nº 8.464, de 8 de junho de 2015</u></b>	Altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.
<b><u>Lei Federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015</u></b>	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

<b><u>Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015</u></b>	Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015</u></b>	Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014</u></b>	Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
<b><u>Lei Federal nº 13.045, de 25 novembro de 2014</u></b>	Altera as Leis nos 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que "regula o § 7o do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências", e 10.289, de 20 de setembro de 2001, que "institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata", a fim de garantir maior efetividade no combate à doença.
<b><u>Medida Provisória nº 657, de 13 de outubro de 2014</u></b>	Altera a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 13.022, de 8 agosto de 2014</u></b>	Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
<b><u>Lei Federal nº 13.025, de 03 setembro de 2014</u></b>	Altera o art. 1o da Lei no 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
<b><u>Medida Provisória nº 653, de 8 de agosto de 2014</u></b>	Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
<b><u>Lei Federal nº 13.021, de 8 agosto de 2014</u></b>	Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
<b><u>Lei Federal nº 13.019, de 31 julho de 2014</u></b>	Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

<b><u>Lei Federal nº 13.006, de 26 junho de 2014</u></b>	Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.
<b><u>Lei Federal nº 13.003, de 24 junho de 2014</u></b>	Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.
<b><u>Lei Federal nº 12.990, de 9 junho de 2014</u></b>	Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
<b><u>Decreto Federal nº 8.262, de 31 de maio de 2014</u></b>	Altera o Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.
<b><u>Lei Federal nº 12.982, de 28 maio de 2014</u></b>	Altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.
<b><u>Decreto Federal nº 8.135, de 4 de novembro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.
<b><u>Decreto Federal nº 8.112, de 30 de setembro de 2013.</u></b>	Altera o Decreto no 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional, para excluir o Estado do Tocantins de sua abrangência.
<b><u>Lei Federal 12.862, de 17 de setembro de 2013.</u></b>	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.
<b><u>Decreto Federal de 10 de setembro de 2013.</u></b>	Autoriza o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil de imóvel urbano pertencente à Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A., destinado à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 8.083, de 26 de agosto de 2013.</u></b>	Altera o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.



<b><u>Decreto Federal nº 8.063, de 1º de agosto de 2013</u></b>	Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u></b>	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013</u></b>	Dispõe sobre o exercício da Medicina.
<b><u>Lei Federal nº 12.840, de 9 de julho de 2013</u></b>	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
<b><u>Decreto Federal nº 8.040, de 8 de julho de 2013.</u></b>	Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.836, de 2 de julho de 2013.</u></b>	Altera os arts. 2o, 32 e 33 da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.
<b><u>Lei Federal nº 12.799, de 10 de abril de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.
<b><u>Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012</u></b>	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nos 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências. (Conversão da Medida Provisória nº 577, de 29 de agosto de 2012)
<b><u>Lei Federal nº 12.732, de 22 de novembro de 2012</u></b>	Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.
<b><u>Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012</u></b>	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.605, de 3 de abril de 2012</u></b>	Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.
<b><u>Lei Federal nº 12.603, de 3 de abril de 2012</u></b>	Altera o inciso I do § 4o do art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.

<b><u>Decreto Federal nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012</u></b>	Altera o Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, para alterar o rol de grandes eventos abrangidos pelas competências da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.
<b><u>Decreto Federal nº 7.657, de 23 de dezembro de 2011.</u></b>	Altera o Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010, que estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2o do art. 49 da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
<b><u>Decreto Federal nº 7.592, de 28 de outubro de 2011.</u></b>	Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto no 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 7.581, de 11 outubro de 2011.</u></b>	Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei no 12.462, de 5 de agosto de 2011.
<b><u>Lei Federal nº 12.436, de 6 de julho de 2011.</u></b>	Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.
<b><u>Decreto Federal, de 14 de janeiro de 2011.</u></b>	Declara luto oficial.
<b><u>Lei Federal nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.</u></b>	Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1o do art. 2o da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
<b><u>Lei Federal nº 12.301, 28 de julho de 2010.</u></b>	Declara o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - Feira Nordestina de São Cristóvão Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.
<b><u>Decreto Federal nº 7.203, de 4 de junho de 2010</u></b>	Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
<b><u>Lei Federal nº 12.120, de 15 de dezembro de 2009</u></b>	Altera os arts. 12 e 21 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.
<b><u>Lei Federal nº 11.481, de 31 de maio de 2007</u></b>	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998 e 8.666 de 21 de junho de 1993.
<b><u>Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005</u></b>	Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e altera artigos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

<b><u>Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004</u></b>	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
<b><u>Decreto Federal nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002</u></b>	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.
<b><u>Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002</u></b>	Institui a modalidade de licitação denominada pregão.
<b><u>Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999</u></b>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
<b><u>Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u></b>	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992</u></b>	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

<b>LEGISLAÇÃO ESTADUAL</b>	
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>
<b>Lei estadual nº 8.715 de 24 de janeiro de 2020</b>	institui a obrigatoriedade do treinamento específico para o trânsito de bicicletas e similares para os condutores de veículos de transporte público rodoviário intermunicipal de passageiros.
<b>Lei Estadual nº 8.713, de 24 de janeiro de 2020</b>	Dispõe sobre a priorização na realização de exames de mamografias para as mulheres de 40 a 69 anos em toda rede de saúde pública ou privada, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8.711, de 24 de janeiro de 2020</b>	Obriga as empresas prestadoras de serviços de segurança particular do Estado do Rio de Janeiro a estamparem, no uniforme de seus empregados, o tipo sanguíneo e fator RH.
<b>Decreto nº 10.209, de 22 de janeiro de 2020</b>	Dispõe sobre a requisição de informações e documentos e sobre o compartilhamento de informações protegidas pelo sigilo fiscal.
<b>Decreto nº 10.203, de 22 de janeiro de 2020</b>	Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
<b>Lei Estadual nº 8.708, de 21 de janeiro de 2020</b>	Assegura a livre manifestação em eventos esportivos e altera a Lei nº 6.615, de 06 de dezembro de 2013, que disciplina o ingresso de torcidas

	organizadas nos eventos esportivos no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b>Lei nº 8.698 de 14 de janeiro de 2020</b>	Estabelece obrigação para as concessionárias que administram rodovias estaduais implantarem sistema integrado com o órgão concedente a fim de contabilizarem em tempo real número de passagens nas respectivas praças de pedágio e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.656, de 18 de dezembro de 2019</u></b>	Regulamenta a concessão e o acúmulo de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.
<b>Lei Estadual nº 8.647 de 09 de dezembro de 2019</b>	Altera a Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela Lei nº 7.627, de 09 de junho de 2017 e pela Lei nº 8.272 de 27 de dezembro de 2018, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016.
<b>Lei Estadual nº 8638, de 28 de novembro de 2019</b>	altera a redação da lei nº 4.556, de 06 de junho de 2005, que cria, estrutura, dispõe sobre o funcionamento da agência reguladora de energia e saneamento básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8.637, de 28 de novembro de 2019</b>	Cria o Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – FUSPRJ – e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8.627 de 19 de novembro de 2019</b>	Altera a lei nº 4.620, de 11 de outubro de 2005, e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8.624 de 18 de novembro de 2019</b>	Altera a Lei nº 3.731, de 13 de dezembro de 2001, para instituir o programa estadual de proteção e incentivo ao aleitamento materno e doação de leite humano, na forma que menciona.
<b>Lei Estadual nº 8.621 de 18 de novembro de 2019</b>	Institui o Estatuto da Mulher Parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8.620 de 18 de novembro de 2019</b>	Dispõe sobre a estatística de homicídio e feminicídio da juventude no Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8.619 de 18 de novembro de 2019</b>	Regulamenta a fiscalização com medidores móveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8.650, de 13 de dezembro de 2019</b>	Dispõe sobre a divulgação do número de inscrição dos inscritos nos programas habitacionais do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.635, de 25 de novembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 8.210, de 10 de dezembro de 2018.
<b><u>Lei Estadual nº 8.631, de 25 de novembro de 2019</u></b>	Modifica o artigo 6º da Lei nº 7.035, de 7 de julho de 2015, que “institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o programa

	estadual de fomento e incentivo a cultura, e apresenta, como anexo único, as diretrizes e estratégias do plano estadual de cultura”.
<b><u>Lei Estadual nº 8.614, de 06 de novembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização do código QR em todas as placas de obras públicas estaduais.
<b><u>Lei Estadual nº 8.611 de 05 de novembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a coleta de sangue humano para exames laboratoriais nas unidades de saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.608, de 05 de novembro de 2019</u></b>	Institui a obrigatoriedade da exibição de quadros de aviso com fotos de animais peçonhentos e sintomas dos acidentes com eles provocados, em todas as unidades de saúde de emergência e de pronto atendimento, públicas e privadas, do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.610, de 05 de novembro de 2019</u></b>	Dá prioridade de tramitação ao processo administrativo para aplicação da sanção de suspensão e cassação da carteira nacional de habilitação.
<b><u>Lei Estadual nº 8.603, de 01 de novembro de 2019</u></b>	Obriga o comércio varejista do Estado do Rio de Janeiro a divulgar de forma clara, os valores economizados com ofertas e promoções, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8598, de 31 de outubro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 6.894 de 23 de setembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de coletores de chorume nos caminhões de lixo que transitam por vias estaduais.
<b><u>Lei Estadual nº 8595, de 30 de outubro de 2019</u></b>	Torna obrigatória a prioridade no atendimento aos veículos que transportem medicamentos e insumos médico-hospitalares e às empresas de transporte de valores que transportem bens de alto valor agregado nas operações de barreira fiscal no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.588, de 25 de outubro de 2019</u></b>	Dispõe sobre o alinhamento e a retirada de fios em desuso existentes em postes de sustentação e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.587, de 25 de outubro de 2019</u></b>	Obriga as empresas de grande porte do Estado do Rio de Janeiro, que possuam em seus quadros 60% (sessenta por cento) ou mais de funcionários do sexo masculino, a oferecerem, anualmente, palestra sobre o tema violência doméstica.
<b><u>Lei Estadual nº 8.585, de 25 de outubro de 2019</u></b>	Modifica a Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre ensino religioso confessional nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.578, de 24 de outubro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade ou paternidade dos servidores públicos estaduais com filhos com microcefalia e/ou deficiências graves.
<b><u>Lei Estadual nº 8.572, de 16 de outubro de 2019</u></b>	Cria as placas de identificação no âmbito da execução de medidas compensatórias ambientais no Estado do Rio de Janeiro.

<b><u>Lei Estadual nº 8.564, de 11 de outubro de 2019</u></b>	Determina que as empresas públicas ou privadas que forneçam o benefício do plano de saúde empresarial no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, divulguem a íntegra da Resolução 279/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
<b><u>Lei Estadual nº 8.562, de 11 de outubro de 2019</u></b>	Regulamenta a utilização de espaços públicos para realização de Festival de Pipas – Pipódromos, na forma em que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8.561, de 10 de outubro de 2019</u></b>	Institui o Programa Estadual de Aprendizagem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.560, de 07 de outubro de 2019</u></b>	Obriga as unidades escolares públicas e particulares localizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro a realizarem cadastro dos responsáveis, desde que não sejam os pais, autorizados a retirar os alunos matriculados nas escolas.
<b><u>Lei Estadual nº 8.554, de 07 de outubro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 4.758, de 8 de maio de 2006, que dispõe sobre a implantação de mecanismos de proteção nas agências bancárias em todo o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.552, de 08 de outubro de 2019</u></b>	Disciplina o serviço de transporte particular de passageiros por aplicativo e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.546, de 02 de outubro de 2019</u></b>	Dispõe sobre obrigações a serem atendidas no Estado do Rio de Janeiro por empresas e instituições bancárias que prestem o serviço de fornecimento e aluguel de máquinas ou leitores de cartão de crédito ou débito.
<b><u>Lei Estadual nº 8.544, de 02 de outubro de 2019</u></b>	Altera a Lei 8371/2019 que dispõe sobre o recebimento, mediante a via postal, do certificado de registro e licenciamento de veículo no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.543, de 30 de setembro de 2019</u></b>	Altera a Lei 7.003 de 11 de maio de 2015, que dispõe sobre os pontos perdidos, por infração de trânsito, anteriores a renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.
<b><u>Lei Estadual nº 8.536, de 27 de setembro de 2019</u></b>	Fica proibida a venda de tricloroetileno e de anti-respingo de solda, a menores de 18 (dezoito) anos de idade.
<b><u>Lei Estadual nº 8.532, de 18 de setembro de 2019</u></b>	Acrescenta dispositivos na lei n.º 3.153, de 28 de dezembro de 1998, para determinar a disponibilização na rede mundial de computadores – internet, de todas as edições eletrônicas do diário oficial do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.531, de 17 de setembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre as normas e princípios a serem adotados pelos estabelecimentos comerciais envolvidos com a exposição, manutenção, higiene, estética, venda ou doação de animais no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 8.530, de 17 de setembro de 2019</u></b>	Obriga a todas as empresas concessionárias de transporte público estadual a realizarem anualmente exames cardiológicos em seus condutores no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.528, de 17 de setembro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das delegacias de atendimento à mulher – DEAMS, no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.527, de 13 de setembro de 2019</u></b>	Altera a redação da Lei nº 6.613, de 6 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre a criação do livro de reclamações em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços no Estado do Rio de Janeiro", na forma em que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8.526, de 12 de setembro de 2019</u></b>	Altera a Lei 8.081 de 28 de agosto de 2018, que disciplina o controle da frota de transporte escolar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências
<b><u>Lei Estadual nº 8.524, de 10 de setembro de 2019</u></b>	Torna obrigatória a confecção de cartões de transporte na grafia braille, ou em caracteres ampliados, bem como os equipamentos de recarga e garante o direito à informação do saldo por sinais sonoros.
<b><u>Lei Estadual nº 8.519, de 10 de setembro de 2019</u></b>	Obriga os estabelecimentos de ensino público e privado, situados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a fornecerem diploma em braille para alunos com deficiência visual na conclusão do ensino médio e ensino superior.
<b><u>Lei Estadual nº 8.518, de 10 de setembro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 8.014, de 29 de junho de 2018, que dispõe sobre a aceitação, pelas concessionárias de serviço público, do pagamento de tarifa por meio de cartão de débito e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.504, de 30 de agosto de 2019</u></b>	Isenta idosos acima de 60 anos e pessoas com deficiência do pagamento no restaurante cidadão.
<b><u>Lei Estadual nº 8.497, de 30 de agosto de 2019</u></b>	Dispõe sobre a criação do espaço infantil nas instituições de ensino superior da rede pública e privada e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.495, de 30 de agosto de 2019</u></b>	Institui o sistema de identificação de veículos em movimento no Estado do Rio de Janeiro – SIVEM-RJ.
<b><u>Lei Estadual nº 8.499, de 30 de agosto de 2019</u></b>	Dispõe sobre as medidas a serem tomadas quando da troca de placas de veículos automotores.
<b><u>Lei Estadual nº 8475, de 17 de julho de 2019</u></b>	Altera a lei nº 6162, de 9 de fevereiro de 2012, que antecipa a implementação da majoração vencimental estabelecida pelas leis nº 5.767 e 5.768, de 29 de junho de 2010, altera a redação do artigo 4º da lei nº 658, de 05 de abril de 1983, e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 8467, de 15 de julho de 2019</u></b>	Veda a locação ou qualquer forma de cessão de maquinários para execução de obra, sem a apresentação de declaração de regularidade da mesma pelo contratante e de outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8432, de 01 de julho de 2019</u></b>	Determina a colocação de compartimento auxiliar de bagagem nos modais de transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8422, de 19 de junho de 2019</u></b>	Revoga a Lei Estadual nº 3267, de 07 de outubro de 1999.
<b><u>Lei Estadual nº 8414, de 12 de junho de 2019</u></b>	Altera a lei nº 5.059, de 5 de julho de 2007, estabelecendo prioridade de tramitação aos processos e procedimentos administrativos, em que figure como parte interveniente pessoa em tratamento de grave enfermidade.
<b><u>Lei Estadual nº 8412, de 05 de junho de 2019</u></b>	Altera a lei nº 4.023, de 6 de dezembro de 2002, que “proíbe, às concessionárias de serviços públicos, a suspensão da prestação de seus serviços aos órgãos da administração pública, na forma que menciona”.
<b><u>Lei Estadual nº 8407, de 28 de maio de 2019</u></b>	Acrescenta o art. 18-B à lei 3.586, de 21 de junho de 2001, que dispõe sobre o pessoal da Polícia Civil e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.406, de 28 de maio de 2019</u></b>	Classifica a visão monocular como deficiência visual e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8385, de 29 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a instalação de bicicletários nos estacionamentos públicos e privados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8382, de 18 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a nomeação para o concurso público que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8378, de 17 de abril de 2019</u></b>	Obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.
<b><u>Lei Estadual nº 8372, de 04 de abril de 2019</u></b>	Cria o Cadastro Estadual de Pessoas Físicas ou Jurídicas e de Veículos que exploram o transporte de água potável no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8371, de 02 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre o recebimento, mediante a via postal, do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8368, de 02 de abril de 2019</u></b>	Cria linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros, ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba.
<b><u>Lei Estadual nº 8367, de 02 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a implantação da educação integral com turno único em toda a Rede de Ensino Público do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8365, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e a reinstauração do benefício que especifica a igrejas e templos religiosos de todos os cultos e denominações.



<b><u>Lei Estadual nº 8363, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a cobrança da tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) às unidades habitacionais do programa minha casa minha vida.
<b><u>Lei Estadual nº 8362, de 01 de abril de 2019</u></b>	Determina o horário de funcionamento dos radares nas rodovias estaduais que atravessam as vias urbanas, situados em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8359, de 01 de abril de 2019</u></b>	Institui sanção administrativa de multa para casos de assédio sexual registrados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8355, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre o direito de amamentar durante a realização de concursos públicos estaduais e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8345, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA, das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor terrestre no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8341, de 29 de março de 2019</u></b>	Cria o programa estadual de aquisição de imóveis usados, que serão disponibilizados aos moradores de áreas de extremo risco e vítimas de calamidade e catástrofes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8334, de 29 de março de 2019</u></b>	Estabelece cota para representação de afrodescendentes na publicidade governamental.
<b><u>Lei Estadual nº 8330, de 29 de março de 2019</u></b>	Institui a obrigatoriedade de divulgação das despesas com locação de imóveis particulares pelo poder público estadual.
<b><u>Lei Estadual nº 8325, de 29 de março de 2019</u></b>	Autoriza o poder executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica.
<b><u>Lei Estadual nº 8322, de 29 de março de 2019</u></b>	Dispõe sobre a participação das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta ou indireta.
<b><u>Lei Estadual nº 8319, de 25 de março de 2019</u></b>	Faculta a substituição de placas ou cartazes por display para exibir os ordenamentos jurídicos do Estado do Rio de Janeiro na forma que menciona e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8318, de 25 de março de 2019</u></b>	Proíbe a prática de frisagem em pneus.
<b><u>Lei Estadual nº 8316, de 21 de março de 2019</u></b>	Determina procedimento para os Entes Públicos Estaduais, bem como para as Concessionárias de Serviço Público quando da realização de obras e serviços no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 8309, de 28 de fevereiro de 2019</u></b>	Assegura aos estudantes das escolas públicas o ingresso em, pelo menos, 20% (vinte por cento) das vagas de estagiários nos Três Poderes do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8301, de 28 de fevereiro de 2019</u></b>	Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8297, de 21 de janeiro de 2019</u></b>	Modifica o § 2º do artigo 1º da Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, que institui o bilhete único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8291, de 21 de janeiro de 2019</u></b>	Dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei nº 6.965, de 2 de março de 2015 e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8290, de 21 de janeiro de 2019</u></b>	Determina que os cursos de informática, lan houses, cyber cafés e congêneres disponibilizem, ao menos, um computador que permita sua utilização por deficientes visuais.
<b><u>Lei Estadual nº 8275, de 03 de janeiro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 4.049, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a concessão, pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN), de cartão especial de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência e maiores de 60 anos proprietários de veículos, a ser utilizado nos estacionamentos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8274, de 28 de dezembro de 2018</u></b>	Estabelece os procedimentos a serem adotados nos casos de identificação de prestação de serviço educacional escolar sem a respectiva autorização do órgão próprio do sistema no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8269, de 27 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a autodeclaração do proprietário de veículos automotores de conformidade quanto à segurança veicular e ambiental e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8267, de 27 de dezembro de 2018</u></b>	Altera as Leis nº 5.343, de 08 de dezembro de 2008 e 6.328, de 02 de outubro de 2012, para aperfeiçoar a carreira docente e o regime de trabalho de tempo integral com dedicação exclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8265, de 21 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a cobrança de taxas de religação de serviços essenciais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<b><u>Lei Complementar Estadual nº 184, de 27 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, cria a autoridade executiva da região metropolitana do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8252, de 13 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre a realização de estatística pesqueira e aquícola oficial no tocante à proteção e ao desenvolvimento da atividade e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8250, de 12 de dezembro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 6433 de 15 de abril de 2013 que institui disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas escolas técnicas do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8248, de 11 de dezembro de 2018</u></b>	Garante o atendimento prioritário e a acessibilidade de pessoas com obesidade mórbida aos serviços dos estabelecimentos bancários, comerciais, órgãos públicos e outros que importem em atendimento por filas, senhas ou por outros métodos similares.
<b><u>Lei Estadual nº 8244, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de produtos majoritariamente produzidos pelos produtores rurais, aquicultores e pescadores de nosso estado nos cardápios das entidades públicas e dá outras providências
<b><u>Lei Estadual nº 8243, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Regulamenta o programa de habitação de interesse social financiado pelo Estado do Rio de Janeiro destinado às pessoas com deficiência.
<b><u>Lei Estadual nº 8240, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a não obrigatoriedade do regime adicional de serviço (RAS) para policiais militares, bombeiros militares e policiais civis.
<b><u>Lei Estadual nº 8239, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a criação de carteira de identificação funcional para o brigadista voluntário de incêndio (BVI) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8235, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Estabelece prazo para a realização de prova prática de direção veicular realizada pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ.
<b><u>Lei Estadual nº 8234, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre cobranças por estimativa das concessionárias fornecedoras de água, luz e gás e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8233, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a carteira de identidade para os maiores de 60 anos - "Carteira de Identidade do Idoso - CII" a ser emitida pelos órgãos de identificação competentes, do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8231, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a implantação, nos órgãos da administração pública, direta e indireta, do Poder Público do Estado do Rio de Janeiro, do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS-RJ.

<b><u>Lei Estadual nº 8230, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Torna obrigatório o compartilhamento de dados e informações médicas dos planos de saúde com o Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8226, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Altera a redação do caput do artigo 2º da Lei nº 3807, de 04 de abril de 2002.
<b><u>Lei Estadual nº 8224, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais.
<b><u>Lei Estadual nº 8223, de 10 de dezembro de 2018</u></b>	Autoriza ao guia de turismo usar seu próprio veículo sob sua condução no desempenho de suas atividades profissionais nos termos estabelecidos nesta lei e da outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8196, de 05 de dezembro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 3.977, de 04 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão, em copos descartáveis, da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis.
<b><u>Lei Estadual nº 8192, de 04 de dezembro de 2018</u></b>	Obriga as escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem cadeiras em locais determinados aos portadores de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH.
<b><u>Lei Estadual nº 8191, de 04 de dezembro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4129, de 16 de julho de 2003, que obriga os supermercados a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.
<b><u>Lei Estadual nº 8186, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Institui a Política Estadual de controle de armas de fogo, suas peças e componentes, e de munições.
<b><u>Lei Estadual nº 8185, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito do natimorto com o nome e prenome do bebê pelos cartórios de registros civis do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8183, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas nas faturas de consumo das concessionárias de energia elétrica, gás, telefonia e TV por assinatura.
<b><u>Lei Estadual nº 8182, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Determina que as seguradoras publiquem, periodicamente, em seus sites, a lista dos veículos excluídos de sua cobertura.
<b><u>Lei Estadual nº 8181, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a Política Estadual de prevenção às doenças ocupacionais dos profissionais da educação da rede pública estadual de ensino.
<b><u>Lei Estadual nº 8179, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre o uso do colete de sinalização refletivo por condutores de automóveis e veículos automotores como item de segurança no trânsito e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 8178, de 30 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e a prestação de serviços de produtos ópticos e afins no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8169, de 22 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados, situadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem a declaração de quitação anual de débitos nas páginas da rede mundial de computadores - internet e através da central de atendimento ao consumidor.
<b><u>Lei Estadual nº 8166, de 22 de novembro de 2018</u></b>	Cria o "programa pedagógico hospitalar destinado as crianças e adolescentes hospitalizados" no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8165, de 22 de novembro de 2018</u></b>	Acrescenta no calendário do programa mamografia móvel, o atendimento das unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8164, de 22 de novembro de 2018</u></b>	Altera a Lei 4396, de 16 de setembro de 2004, que proíbe os estabelecimentos comerciais de exigirem comprovação de tempo mínimo no emprego para concessão de crédito ao consumidor.
<b><u>Lei Estadual nº 8162, de 14 de novembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre a porcentagem da taxa de serviço ou gorjeta bem como sua natureza facultativa, quando cobrada por restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis e demais estabelecimentos de gênero similar.
<b><u>Lei Estadual nº 8160, de 14 de novembro de 2018</u></b>	Cria mecanismos de prevenção e combate à pedofilia no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8152, de 05 de novembro 2018</u></b>	Dispõe sobre o sistema de revista nos estabelecimentos bancários e comerciais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8151, de 01 de novembro 2018</u></b>	Institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.305, de 2010 e no Decreto nº 7404, de 2010.
<b><u>Lei Estadual nº 8147, de 30 de outubro 2018</u></b>	Acrescenta o § 5º ao art. 5º da Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, para permitir alterações em prédios tombados, quando necessárias à melhoria da acessibilidade.
<b><u>Lei Estadual nº 8142 de 26 de outubro 2018</u></b>	Dispõe sobre a adaptação dos veículos dos centros de formação de condutores, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8141 de 26 de outubro 2018</u></b>	Altera a lei 5725, de 19 de maio de 2010, que obriga a afixação de números de telefone para avaliação de motoristas e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 8140 de 26 de outubro 2018</u></b>	Altera a lei 5504, de 15 de julho de 2009, que proíbe a cobrança de serviços de atendimento ao cliente - 0300 - na forma que menciona e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8139, de 25 de outubro 2018</u></b>	Dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo Estado de Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8136, de 22 de outubro 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de sistema de segurança baseado em dispositivo de monitoramento por meio de câmeras de vídeo e áudio em instituições de longa permanência para idosos (ILPIS), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8129, de 11 de outubro 2018</u></b>	Altera a lei nº 6275, de 28 de junho de 2012, que institui a política estadual de fomento ao voluntariado transformador
<b><u>Lei Estadual nº 8126 de 10 de outubro 2018</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar bolsa de estudo Escola de Música Villa Lobos.
<b><u>Lei Estadual nº 8125 de 10 de outubro 2018</u></b>	Altera a lei 4223, de 24 de novembro de 2003 que determina obrigações às agências bancárias, no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8121, de 27 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a prorrogação da vigência da lei 5.346, de 11 de dezembro de 2008, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8120, de 25 de setembro de 2018</u></b>	Regulamenta a manifestação cultural nas estações de barcas, trens e metrô no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8116, de 25 de setembro de 2018</u></b>	Altera a lei nº 3.898, de 19 de julho de 2002, para obrigar as instituições financeiras localizadas no Estado do Rio de Janeiro a dispor de um caixa eletrônico adaptado para pessoas com deficiência física, com mobilidade reduzida, deficiência visual.
<b><u>Lei Estadual nº 8115, de 25 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mapas táteis e informações em BRAILLE nos locais que se especifica e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8114, de 25 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre o pagamento de contas vencidas em qualquer banco.
<b><u>Lei Estadual nº 8112, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Altera a lei nº 2.174, de 28 de outubro de 1993, para determinar a criação de espaço reservado nos estádios, ginásios esportivos, parques aquáticos e similares para pessoas com deficiência que necessitem de cadeira de rodas para se locomover.
<b><u>Lei Estadual nº 8111, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Autoriza o poder executivo a providenciar junto às concessionárias de serviços públicos de transportes de passageiros metroviário e ferroviário a instalação de mapas em todas as estações indicando as

	que possuem acessibilidade através do símbolo internacional de acesso.
<b><u>Lei Estadual nº 8110, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Institui o programa educacional de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8107, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Proíbe o uso de gases inflamáveis para preenchimento de balões destinados ao uso recreativo ou decorativo no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8106, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Obriga as escolas do sistema estadual de ensino do estado do rio de janeiro a realizarem, no ensino médio, atividades destinadas à orientação profissional, nos períodos que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8104, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a divulgação, em estabelecimentos de saúde, dos direitos dos usuários, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8103, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Altera a lei 4.397, de 17 de setembro de 2004, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8102, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a proibição do uso de hidróxido de amônio em alimentos no âmbito do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8101, de 20 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de trava-queda retrátil acoplado à trava de segurança nos brinquedos instalados em parques de diversões e eventos de entretenimento no âmbito do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8099, de 17 de setembro de 2018</u></b>	Obriga as concessionárias de serviços públicos essenciais a informar em tempo real sobre interrupção de seus serviços.
<b><u>Lei Estadual nº 8093, de 05 de setembro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 5628, de 29 de dezembro de 2009, que institui o bilhete único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8092 de 03 de setembro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os pacientes e seus familiares sobre os direitos sociais das pessoas com câncer, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8091, de 31 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre a disponibilidade de vistoria anual do DETRAN-RJ aos veículos movidos a GNV (Gás Natural Veicular)
<b><u>Lei Estadual nº 8090, de 30 de agosto de 2018</u></b>	Proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, venda, estocagem, armazenagem, consignação, seja para exportação e

	importação, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos, lagos, lagoas, lagunas, no mar e no solo, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (pp), poliacetal (delrin ou pom), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou pa), ou similares, no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8088, de 28 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre a vistoria e a afixação de placas informativas de manutenção em aparelhos de ginástica e/ou musculação instalados ao ar livre em áreas públicas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8081, de 28 de agosto de 2018</u></b>	Disciplina o controle de frota de transporte escolar da rede estadual do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8079, de 27 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre o direito à continuidade do fornecimento de energia elétrica às famílias dos portadores de doença, cujo tratamento médico requeira o uso continuado de aparelhos e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8075, de 27 de agosto de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 1.893, de 20 de novembro de 1991, para determinar a execução de limpeza e desinfecção periódica, a cada 12 (doze) meses, das caixas d'água existentes em todos os prédios públicos localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8073, de 27 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do símbolo oficial do Sistema Único de Saúde – SUS, nas unidades de saúde públicas e privadas e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8064, de 17 de agosto de 2018</u></b>	Altera a Lei 5131, de 14 de novembro de 2007, que torna obrigatório que os estabelecimentos situados no Estado do Rio de Janeiro, que comercializam lâmpadas fluorescentes, coloquem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8065, de 17 de agosto de 2018</u></b>	Obriga os estabelecimentos comerciais localizados no Estado do Rio de Janeiro a divulgar o disposto no caput do artigo 3º e nos incisos I e II da Lei Estadual nº 5.502 de 15 de julho de 2009.
<b><u>Lei Estadual nº 8070 de 17 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de profissional de educação física como responsável técnico nos condomínios edilícios com espaços de academias nas condições que especifica.
<b><u>Lei Estadual nº 8.057, de 20 de julho de 2018</u></b>	Cria o Cadastro Estadual de Comércio e Registro Animal (CECRA) e dispõe sobre a reprodução, criação, doação, permuta, compra e venda de cães e gatos domésticos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.056, de 20 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de painéis de empregos nos terminais rodoviários e estações de trens, barcas e metrô.



<b><u>Lei Estadual nº 8.053, de 17 de julho de 2018</u></b>	Altera a Lei 3.243, de 06 de setembro de 1999, que impede que concessionárias de serviços públicos interrompam o fornecimento do bem ou do serviço sem aviso prévio ao consumidor.
<b><u>Lei Estadual nº 8.051, de 17 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre monitoramento de casos de violência sexual, ataques e estupro ocorridos nas escolas de nível médio, de ensino tecnológico e nas universidades públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8.050, de 17 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a proibição de eutanásia de cães, gatos e demais animais domésticos e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.048, de 13 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a colocação de brinquedos para pessoas com deficiência em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer.
<b><u>Lei Estadual nº 8.043, de 04 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de denúncia de maus tratos contra animais, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8.042, de 04 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos que fabricam, comercializam, transportam e armazenam telefonia móvel (telefones celulares) no âmbito do estado do Rio de Janeiro, bem como outros aparelhos eletrônicos que possuam IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), registrarem o crime de roubo ou furto ocorrido no território estadual, imediatamente, na delegacia de polícia.
<b><u>Lei Estadual nº 8037, de 02 de julho de 2018</u></b>	Modifica o artigo 5º da Lei nº 2.804, de 08 de outubro de 1997, estabelecendo a oferta de linha social para o trajeto Charitas-Praça XV no serviço de transporte aquaviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8036, de 02 de julho de 2018</u></b>	Autoriza o Poder Executivo, em parceria com o Poder Judiciário, a criar a Vara Criminal do Complexo Penitenciário de Gericinó, na Comarca do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8035, de 02 de julho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a realização de exames de saúde prévios a entrada no sistema prisional.
<b><u>Lei Estadual nº 8034, de 02 de julho de 2018</u></b>	Estabelece procedimento ao órgão de trânsito responsável pela suspensão do direito de dirigir e cassação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando exercendo o direito de defesa, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8033, de 02 de julho de 2018</u></b>	Assegura a participação de formados em cursos superiores de tecnologia em concursos públicos para provimento de cargos,

	empregos ou funções de nível superior da administração pública estadual direta ou indireta.
<b><u>Lei Estadual nº 8032, de 29 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre o transporte do apenado no estado do rio de janeiro na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8031, de 29 de junho de 2018</u></b>	Cria o sistema especial de registros estatísticos de casos denominados como “balas perdidas” e registros de mortes de policiais fora do serviço.
<b><u>Lei Estadual nº 8030, de 29 de junho de 2018</u></b>	Veda a utilização do termo “tutor” para o exercício das atividades de acompanhamento das disciplinas ofertadas na educação à distância e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8027, de 29 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a proibição de supermercados e hipermercados de cobrança diferenciada na venda de bebidas geladas e em temperatura ambiente.
<b><u>Lei Estadual nº 8026, de 29 de junho de 2018</u></b>	Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem veículo reserva similar, nos casos em que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8024, de 29 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de microfone e fone de ouvido (head-sets) pelas empresas de telemarketing a seus funcionários e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8023, de 29 de junho de 2018</u></b>	Institui o selo fiscal de controle, obriga sua afixação em vasilhames de 20 (vinte), 15 (quinze) ou 10 (dez) litros acondicionadores de água mineral natural e água adicionada de sais e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8022, de 29 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4.291, de 22 de março de 2004, e a Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, para unificar o cartão eletrônico concedido aos alunos da rede pública estadual, as pessoas com deficiência e de doenças crônicas e aos idosos.
<b><u>Lei Estadual nº 8.019, de 29 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre o prazo para autuação de infrações dos contribuintes pelos órgãos de controle de trânsito do estado e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.014, de 29 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre a aceitação, pelas concessionárias de serviço público, do pagamento de tarifa por meio de cartão de débito.
<b><u>Lei Estadual nº 8.013, de 29 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei 3.601/01, de 11 de julho de 2001, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8.007, de 26 de junho de 2018</u></b>	Institui o Programa de Atenção às Vítimas de Estupro, com objetivo de dar apoio e identificar provas periciais.
<b><u>Lei Estadual nº 8006, de 25 de junho de 2018</u></b>	Modifica a Lei nº 5.502, de 15 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos

	comerciais localizados no estado do Rio de Janeiro, como forma de colocá-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção ao meio ambiente fluminense.
<b><u>Lei Estadual nº 8004, de 25 de junho de 2018</u></b>	Dispõe a garantia da realização por parte das maternidades, hospitais e instituições similares da rede pública estadual, do exame do estudo cromossômico, denominado teste de cariótipo, nos recém-nascidos com diagnóstico de doenças cromossômicas ou genéticas.
<b><u>Lei Estadual nº 8003, de 25 de junho de 2018</u></b>	Estabelece prazo para desbloqueio de linhas telefônicas e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7997, de 15 de junho de 2018</u></b>	Simplifica o atendimento às pessoas com deficiência no requerimento de atualização de laudos médicos junto às unidades de saúde do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7993, de 15 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, para instituir o direito a processo seletivo diferenciado no acesso por profissionais do magistério a cursos de formação de professores de nível superior.
<b><u>Lei Estadual nº 7991, de 15 de junho de 2018</u></b>	Adiciona o § 3º ao artigo 1º da Lei 6.717, de 18 de março de 2014, que proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público.
<b><u>Lei Estadual nº 7990, de 15 de junho de 2018</u></b>	Veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.989, de 14 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre o sistema de controle interno do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, cria a Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e o Fundo de Aprimoramento de Controle Interno, organiza as carreiras de controle interno e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.986, de 11 de junho de 2018</u></b>	Proíbe a aplicação de multas de trânsito aos trabalhadores, quando no exercício da função.
<b><u>Lei Estadual nº 7.981, de 24 de maio de 2018</u></b>	Proíbe empresas e estabelecimentos comerciais que disponibilizam atendimento telefônico gratuito – 0800 – de recusarem e bloquearem ligações de celulares.
<b><u>Lei Estadual nº 7.980, de 23 de maio de 2018</u></b>	Institui o Programa de Atendimento ao Ostromizado no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

<b><u>Lei Estadual nº 7.974, de 23 de maio de 2018</u></b>	Prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.971, de 22 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a emissão de certificado de origem e veda a comercialização de animais de estimação provenientes de criadouros não autorizados, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7.970, de 21 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a fiscalização e vigilância sanitária dos serviços de tatuagens, micropigmentações na derme e de aplicação de "piercing" e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.966, de 16 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social e sobre o Sistema Único de Assistência Social no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.964, de 16 de maio de 2018</u></b>	Assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber demonstrativos de consumo de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em braile ou letras ampliadas.
<b><u>Lei Estadual nº 7.963, de 16 de maio de 2018</u></b>	Estabelece condições para retenção de cópias de documentos pessoais por estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.959, de 15 de maio de 2018</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a estender o prazo do laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos do componente especializado da Assistência Farmacêutica (LME) no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.957, de 15 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre o uso prioritário de canudos e copos reutilizáveis ou fabricados com produtos biodegradáveis pelos estabelecimentos comerciais, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7.953, de 14 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em todos os estabelecimentos que vendam aparelhos celulares e similares no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7950, de 10 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre o direito à entrada e permanência dos pais em fraldários, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7949, de 10 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre o abastecimento com gás natural veicular - GNV nos postos do Estado do Rio de Janeiro.

<b><u>Lei Estadual nº 7948, de 04 de maio de 2018</u></b>	Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Estadual do Futebol Masculino e Feminino - CONEFUT, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.946, de 27 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e remuneração da secretaria de saúde do estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.945, de 26 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre a disponibilização de cadeiras destinadas a canhotos nos estabelecimentos públicos de ensino.
<b><u>Lei Estadual nº 7.944, de 26 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre a vedação da exigência de documentos nos processos administrativos por órgãos públicos, autarquias e institutos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.939, de 16 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre a instalação de painel com indicador de velocidade em todos os ônibus intermunicipais e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7938 de 12 de abril de 2018</u></b>	- Altera a Lei Estadual nº 3.284 de 08 de novembro de 1999, que trata da diagnose precoce do câncer de mama pelos hospitais públicos estaduais.
<b><u>Lei Estadual nº 7.937, de 6 de abril de 2018</u></b>	Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a implantar e firmar convênio com centros de especialidades odontológicas para atendimento às pessoas com deficiência e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.933, de 02 de abril de 2018</u></b>	Obriga as concessionárias de transportes de qualquer modal a informar em tempo real sobre interrupção de tráfego que vier a acontecer por qualquer causa.
<b><u>Lei Estadual nº 7.930, de 02 de abril de 2018</u></b>	Dispõe sobre o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura e lazer para crianças e adolescentes que estejam sob guarda de família adotiva.
<b><u>Lei Estadual nº 7.925, de 22 de março de 2018</u></b>	Concede anistia administrativa a policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária e agentes socioeducativos em razão dos movimentos reivindicatórios ocorridos de fevereiro a março de 2017.
<b><u>Lei Estadual nº 7924, de 20 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre sistema de transparência na distribuição de vagas na educação pública do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.914, de 14 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre o impedimento na emissão de autuação de infração de trânsito na forma que menciona.

<b><u>Lei Estadual nº 7.912, de 14 de março de 2018</u></b>	Estabelece a campanha para o esclarecimento, a divulgação e o incentivo à doação de medula óssea e de plaquetas.
<b><u>Lei Estadual nº 7.908, de 14 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de clínicas e hospitais privados, situados no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a manterem cadastro dos profissionais integrantes de equipes médicas que realizarem procedimentos sob regime de “day clinic”, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.903, de 9 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre a disponibilização de transporte especial em estabelecimentos comerciais e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.896, de 7 de março de 2018</u></b>	Altera dispositivo da Lei nº 6.961, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a divulgação do serviço de disque-denúncia nacional de violência contra a mulher e do SOS Mulher da ALERJ no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7892, de 6 de março de 2018</u></b>	Altera a lei nº 3.269, de 15 de outubro de 1999, que dispõe sobre a criação da licença para doação de sangue no serviço público estadual.
<b><u>Lei Estadual nº 7886, de 02 de março de 2018</u></b>	Institui o Programa de Conscientização, Combate e Prevenção Contra a Violência aos Profissionais nas unidades de saúde públicas e privadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7884, de 02 de março de 2018</u></b>	Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7883, de 02 de março de 2018</u></b>	Institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7882, de 02 de março de 2018</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Capacitação de Agentes de Saúde para viabilizar o conhecimento da Lei Maria da Penha e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7875, de 02 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre a reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil de obras públicas para pessoas do sexo feminino.
<b><u>Lei Estadual nº 7874, de 02 de março de 2018</u></b>	Determina que, em todos os hospitais gerais do Estado do Rio de Janeiro em que existam unidades de internação psiquiátrica, sejam disponibilizados leitos e tratamento para pessoas com transtorno mental, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7866, de 17 de janeiro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, para tratamento específico de dependentes químicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7863, de 17 de janeiro de 2018</u></b>	Dispõe sobre o acompanhamento psicológico de pacientes com câncer nas unidades de saúde pública estadual e privados conveniados ao sistema único de saúde - sus e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 7862, de 17 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei Estadual nº 6.642, de 18 de dezembro de 2013, proibindo a exigência do documento oficial para isenção da taxa.
<b><u>Lei Estadual nº 7861, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei 5.451, de 22 de maio de 2009, que "estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei estadual nº 7860, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Institui a Política Estadual de busca de pessoas desaparecidas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7859, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	O Poder Executivo, através do DETRAN/RJ, poderá receber o pagamento de multas através de cartões de débito e crédito.
<b><u>Lei Estadual nº 7856, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Cria o programa de prevenção ao assédio nos transportes coletivos públicos e privados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7853, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4.896, de 08 de novembro de 2006, para regulamentar a oferta de serviços e produtos por telefone, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7847, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 2.621, de 11 de setembro de 1996, para incluir a anotação do uso de marca passo cardíaco nos documentos de identificação expedidos pelos órgãos oficiais do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7846, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4508, de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7842, de 10 de janeiro de 2018</u></b>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a carteira de identificação do portador de diabetes.
<b><u>Lei Estadual nº 7841, de 10 de janeiro de 2018</u></b>	Veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor, em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos e peso e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7840, de 10 de janeiro de 2018</u></b>	Estabelece a obrigatoriedade de medidas de acessibilidade e adaptação de sanitários nos estabelecimentos comerciais, de serviços e nas repartições públicas, para utilização pelos portadores de nanismo ou baixa estatura, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7838, de 10 de janeiro de 2018</u></b>	Autoriza as maternidades públicas do Estado do Rio de Janeiro a distribuir, gratuitamente, repelente para as gestantes.
<b><u>Lei Estadual nº 7835, de 09 de janeiro de 2018</u></b>	Estabelece multa e manda retirar do ar toda e qualquer veiculação publicitária misógina, sexista ou estimuladora de agressão e violência sexual no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7832, de 08 de janeiro de 2018</u></b>	Dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção da Saúde Cardiovascular da mulher e do homem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

<b><u>Lei Estadual nº 7830, de 03 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei 4.510, de 13 de janeiro de 2005, reconhecendo o direito à gratuidade nos transportes aos estudantes das redes públicas municipal e federal, como previsto na Lei 3.339, de 29 de dezembro de 1999.
<b><u>Lei Estadual nº 7828, de 02 de janeiro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 4.705, de 9 de janeiro de 2006, que autoriza o Poder Executivo a implantar, nas unidades da rede estadual de saúde, os serviços de profissionais intérpretes da língua brasileira de sinais-libra, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7821, de 20 de dezembro de 2017</u></b>	Autoriza o poder executivo a assegurar às pessoas com deficiência a carteira de identidade diferenciada e um crachá de identificação que reúnam informações sobre a saúde do portador.
<b><u>Lei Estadual nº 7816, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Fica o Poder Executivo autorizado a fomentar projetos esportivos de educação física para os alunos da rede pública de ensino nos clubes sociais sediados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7814, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, limpeza e seus componentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: municipal, estadual ou federal, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7813, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre o serviço de empacotador nos caixas para pessoas com ou mais 60 (sessenta) anos, portadores de deficiência, gestantes e pessoas com criança de colo.
<b><u>Lei Estadual nº 7812, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Torna obrigatória a instalação de placas de sinalização alertando os motoristas sobre a presença de ciclistas nas rodovias do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7810, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) aos grêmios recreativos escolas de samba e aos grêmios e clubes sócio-recreativos.
<b><u>Lei Estadual nº 7.809 , de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública Estadual informar à Receita Federal e ao servidor público bombeiro e policial militares sobre os valores indevidamente descontados de seu contracheque, nos casos que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7807, de 15 de dezembro de 2017</u></b>	Institui o procedimento de inserção nos sistemas de informação de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Federal 11.340/2006, expedidas pelo Poder Judiciário do Estado.
<b><u>Lei Estadual nº 7806, de 12 de dezembro de 2017</u></b>	Dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.



<b><u>Lei Estadual nº 7803, de 06 de dezembro de 2017</u></b>	Institui o programa de treinamento continuado destinado a policiais civis, militares, bombeiros militares e agentes penitenciários do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7799, de 04 de dezembro de 2017</u></b>	Dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7797, de 04 de dezembro de 2017</u></b>	Torna obrigatória a divulgação das informações profissionais e curriculares dos médicos, em clínicas e hospitais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7796, de 04 de dezembro de 2017</u></b>	Fica proibida a venda das substâncias Hidrogel e Polimetilmetacrilato - PMMA sem prescrição médica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7789, de 21 de novembro de 2017</u></b>	Institui o estímulo à realização do "exame do cotonete" - exame de cultura de Streptococcus B, em todas as gestantes que realizam o pré-natal nos hospitais, maternidades e congêneres públicas e particulares no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7785, de 13 de novembro de 2017</u></b>	Estabelece prioridade de atendimento, na forma em que menciona, para pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou utilizem bolsa de colostomia, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7784, de 13 de novembro de 2017</u></b>	Proíbe a venda da substância constituída de vidro moído e cola (cerol) e o seu uso; proíbe, ainda, a venda da linha encerada com quartzo moído, algodão e óxido de alumínio, denominada "linha chilena", ou de qualquer produto utilizado na prática de soltar pipas, que possua elementos cortantes, revogando as Leis nºs 3.278, de 29 de outubro de 1999, e a Lei nº 2.111, de 28 de abril de 1993, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7783, de 13 de novembro de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 7.202, de 8 de janeiro 2016, que proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova, por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7777, de 09 de novembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015 e da portaria PRES-Detran-RJ nº 3759, de 17 de outubro de 2006 por empresas comercializadoras de veículos novos e usados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7776, de 09 de novembro de 2017</u></b>	Proíbe recebimento de obra pública, executada ou financiada por ente público estadual, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7775, de 06 de novembro de 2017</u></b>	Altera a Lei nº: 5.645, de 06 de janeiro de 2010, que consolida a legislação relativa às datas comemorativas, para instituir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, o "Dia de doar".

<b><u>Lei Estadual nº 7774, de 06 de novembro de 2017</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa estadual de assistência psicológica aos pais, cônjuge companheiro(a) e filhos de vítimas decorrente de roubo seguido de morte no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7773, de 06 de novembro de 2017</u></b>	Determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados, apreendidos pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro-SEFAZ, sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7772, de 06 de novembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a criação de reservatórios para escoamento e reuso do excesso de águas pluviais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7769, de 06 de novembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a cobrança de taxa de matrícula nas instituições particulares de ensino superior.
<b><u>Lei Estadual nº 7767, de 31 de outubro de 2017</u></b>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a política estadual de incentivo e fomento à comercialização de alimentos em veículos de propulsão humana e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7765, de 31 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seu acabamento.
<b><u>Lei Estadual nº 7759, de 23 de outubro de 2017</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a determinar que todas as escolas e instituições de ensino, públicas e privadas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, procedam a instalação de placa informativa para a divulgação do telefone do conselho tutelar de sua circunscrição, do telefone designado pelo ato Anatel nº 42.078, de 29 de janeiro de 2004, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7757, de 23 de outubro de 2017</u></b>	Garante, às mulheres vítimas de violência doméstica, do tráfico de pessoas ou de exploração sexual, prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7753, de 17 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a instituição do programa de integridade nas empresas que contratarem com a administração pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7747, de 16 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre reserva de vagas para população com hipossuficiência econômica nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das entidades da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7744, de 11 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a doação de brinquedos, equipamentos e materiais de uso infante-juvenil apreendidos para programas de amparo à criança e ao adolescente.

<b><u>Lei Estadual nº 7743, de 11 de outubro de 2017</u></b>	Autoriza o poder executivo a adotar sinalização de advertência que informe a ocorrência de acidentes de trânsito nas rodovias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7742, de 11 de outubro de 2017</u></b>	Cria a Política Estadual de Educação de Consumo Sustentável no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7740, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 7010/2015, que dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7738, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Autoriza medidas de promoção de educação para o trânsito de bicicletas e similares, a serem implementadas pelo DETRAN/RJ.
<b><u>Lei Estadual nº 7737, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a criação da Política Estadual de captação de doadores de sangue.
<b><u>Lei Estadual nº 7736, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 3.486, de 01 de novembro de 2000, modificando o artº 1º e 3º na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7735, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre alterações na lei nº 5799, de 20 de agosto de 2010, que institui o programa bolsa-atleta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7734, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Institui a Política Estadual de Barreiras de Segurança nas rodovias Estaduais e Federais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7731, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de antecipação da quitação do IPVA quando da transferência de propriedade de veículos.
<b><u>Lei Estadual nº 7726, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre o cadastro estadual de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7724 de 09, de outubro de 2017</u></b>	Institui a prática do cine clube nas escolas públicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7723, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre o pagamento de meia tarifa de estacionamento para estudantes.
<b><u>Lei Estadual nº 7722, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Acrescenta o art. 2-a à Lei nº 5.841, de 01 dezembro de 2010, para garantir, aos moradores do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, o uso gratuito dos elevadores de acesso.
<b><u>Lei Estadual nº 7721, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de manutenção e operação das estações de tratamento de esgoto das unidades habitacionais dos condomínios do programa de arrendamento residencial (par) pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE).

<b><u>Lei Estadual nº 7720, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Modifica a Lei nº 4.223, de 24 de novembro de 2003, que "determina obrigações às agências bancárias, no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências".
<b><u>Lei Estadual nº 7719, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a transparência na execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7717, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de IPVA dos veículos de propriedade dos servidores do Estado do Rio de Janeiro para realizar vistoria no DETRAN/RJ.
<b><u>Lei Estadual nº 7716, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre o incentivo ao conhecimento tecnológico e à atividade inventiva, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7715, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a remoção da agente de segurança pública durante o período de gestação ou de aleitamento materno.
<b><u>Lei Estadual nº 7714, de 09 de outubro de 2017</u></b>	Altera o art. 66 da Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, que "dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", e o art. 63 da Lei nº 880, de 25 de julho de 1985, que "dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros-militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências".
<b><u>Lei Estadual nº 7705, de 02 de outubro de 2017</u></b>	Veda a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7700, de 29 de setembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e laboratórios utilizarem protetor de pescoço em pacientes que serão submetidos a exames de raio x odontológico, mamografia ou tomografia, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7696, de 26 de setembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das academias, clubes, associações, escolinhas esportivas e demais organizações que oferecem serviços de atividades físicas, esportivas e similares, de apresentarem profissionais de educação física capacitados para o atendimento de emergência durante todo seu período de funcionamento.
<b><u>Lei Estadual nº 7695 de 22 de setembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a criação do cadastro de médicos especialistas no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7687, de 15 de setembro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a inserção de advertência quanto ao uso de cerol e linha chilena nas pipas fabricadas no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7686, de 12 de setembro de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 2629, de 27 de setembro de 1996, que obriga aos postos de gasolina a fixarem em local visível, tabela de preços de combustíveis.
<b><u>Lei Estadual nº 7684, de 06 de setembro de 2017</u></b>	Institui o programa permanente do transplante de medula óssea e da outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7681, de 01 de setembro de 2017</u></b>	Altera a Lei 4674, de 20 de dezembro de 2005, que proíbe as empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Rio de Janeiro, de

	somente aceitarem pagamento de contas pelo sistema de débito automático.
<b><u>Lei Estadual nº 7678, de 30 de agosto de 2017</u></b>	Obriga as empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura a expedirem documento descritivo dos pacotes pactuados com os clientes no ato da contratação e em toda e qualquer negociação no decorrer do serviço, desde a adesão.
<b><u>Lei Estadual nº 7677, de 30 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre a adoção de medidas a fim de disponibilizar nos hospitais públicos do Estado de Rio de Janeiro, material siliconado ou sem a proteína do látex e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7672, de 28 de agosto de 2017</u></b>	Determina o tombamento, como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, localizada no bairro da Gávea, Município do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7670, de 28 de agosto de 2017</u></b>	Altera a Lei 4.102, de 05 de maio de 2003, estabelecendo a realização imediata da cirurgia reconstrutiva da mama, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7668, de 28 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-RJ, ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7667, de 28 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre os exames a serem realizados na rede pública de saúde e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7661, de 25 de agosto de 2017</u></b>	Dispõe sobre a divulgação pelos órgãos públicos no Estado do Rio de Janeiro, do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais.
<b><u>Lei Estadual nº 7656, de 20 de julho de 2017</u></b>	Concede anistia administrativa aos servidores públicos civis e militares estaduais em razão dos movimentos reivindicatórios ocorridos entre setembro e dezembro de 2016.
<b><u>Lei Estadual nº 7655, de 19 de julho de 2017</u></b>	Reconhece o Paintball e o Airsoft como esporte, e regulamenta suas práticas e seus equipamentos no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7654, de 19 de julho de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos benefícios para jovens de baixa renda no serviço de transporte coletivo interestadual.
<b><u>Lei Estadual nº 7651, de 14 de julho de 2017</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas públicas e particulares de ensino do Estado do Rio de Janeiro programas de esclarecimentos sobre a alergia alimentar, seus sintomas, suas consequências, os cuidados a serem tomados e as formas de tratamento.
<b><u>Lei Estadual nº 7641, de 30 de junho de 2017</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a transformar o armazém em frente à Rodoviária Novo Rio em estação de barcas e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7640, de 27 de junho de 2017</u></b>	Altera dispositivos da Lei 7374/2016, de 14 de julho de 2016, “que dispõe sobre a obrigatoriedade das motocicletas, sujeitas a

	emplacamento a anual, serem obrigadas a possuírem antenas corta linha de cerol, na forma que menciona”.
<b><u>Lei Estadual nº 7636, de 26 de junho de 2017</u></b>	Altera a lei nº 3852, de 14 de junho de 2002 que dispõe sobre a publicidade oficial do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7632, de 19 de junho de 2017</u></b>	Altera a Lei Estadual nº 2235, de 14 de março de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de casos de racismo pelas delegacias de polícia e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7630, de 19 de junho de 2017</u></b>	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos aeroportos, terminais ferroviários, hidroviários, metroviários, rodoviários, estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços, no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7621, de 08 de junho de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares públicos e privados, conveniados ou não, a prestar atendimento emergencial e integral a pacientes com suspeita de infarto agudo do miocárdio, com supra desnivelamento do segmento S-T (IAM CSS-T) durante as primeiras 12 (doze) horas do início dos sintomas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7620, de 08 de junho de 2017</u></b>	Dispõe sobre o tempo máximo de espera nos atendimentos realizados nas lojas das operadoras de telefonia no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7614, de 31 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a comunicação de ausência durante o período escolar, de alunos das escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7609, de 30 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre os cuidados com o acúmulo de água parada na instalação de placas de sinalização e dá outras providencias.
<b><u>Lei Estadual nº 7608, de 30 de maio de 2017</u></b>	Modifica a Lei nº 6.683, de 15 de janeiro de 2014, que torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública e particular de ensino, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7607, de 30 de maio de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 6879 de 02 de setembro de 2014 que autoriza o poder executivo a instituir o programa 'consumo responsável' no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7605-A, de 25 de maio de 2017</u></b>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009 que institui o bilhete único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 7604, de 24 de maio de 2017</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar unidades móveis de prevenção ao câncer de mama e colo do útero, em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7603, de 24 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de locais públicos ou privados onde ficam depositados ou estacionados veículos e motocicletas apreendidos em virtude de lei e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7601, de 24 de maio de 2017</u></b>	Determina a colocação de rampas para auxiliar o embarque para cadeirante nos modais de transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7600, de 24 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a venda de carros e motos usados, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7585, de 16 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência dos alunos nas dependências das escolas da rede pública estadual que ofereçam o ensino fundamental regular, durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.
<b><u>Lei Estadual nº 7584, de 16 de maio de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 7.011/2015, que dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos de atendimento ao cumprimento de medidas sócio-educativas privativas de liberdade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7580, de 15 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a proibição de instalação de dispositivos eletrônicos de velocidade em áreas consideradas de risco e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7579, de 15 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a instalação de placas educativas sobre o uso do cinto de segurança nos postos de gasolina localizados no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7578, de 15 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a prática de educação física adaptada.
<b><u>Lei Estadual nº 7577, de 15 de maio de 2017</u></b>	Estabelece a obrigatoriedade de comunicação dos casos de violência à criança ou ao adolescente, pelas Delegacias da Criança e do Adolescente Víctima e outras unidades de Polícia Judiciária, ao Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) e à Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7576, de 12 de maio de 2017</u></b>	Estabelece a Política Estadual de Fomento ao Futebol Feminino no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7573, de 10 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a proibição do uso de pneus em estacionamentos ao ar livre como proteção de para-choques, de forma de evitar o acúmulo de água parada e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 7572, de 10 de maio de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, e institui a semana de incentivo ao disque-denúncia e outros canais referentes à telefonias anônimos referentes à denúncia no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7570, de 09 de maio de 2017</u></b>	Dispõe sobre a criação de campanhas permanentes de prevenção, combate e controle da mortalidade infantil em todo o Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7567, de 09 de maio de 2017</u></b>	Altera a Lei nº 3.618, de 19 de julho de 2001, que torna obrigatória a exibição de fotos, nomes e outras informações relativas às crianças e adolescentes desaparecidos, nos locais que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7551, de 12 de abril de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigação de hospitais, clínicas, consultórios e similares a informar aos pacientes em tratamento de câncer que a reconstrução da mama retirada é feita de forma gratuita nos hospitais públicos do Estado.
<b><u>Lei Estadual nº 7545, de 29 de março de 2017</u></b>	Proíbe a comercialização, no Estado do Rio de Janeiro da substância 2,4-dinitrofenol e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7531, de 13 de março de 2017</u></b>	Altera a Lei 5409, de 16 de março de 2009, que obriga os estabelecimentos de beleza e estética a afixarem a informação que indica e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7521, de 14 de fevereiro de 2017</u></b>	Obriga a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro – SES - a disponibilizar, diariamente, em seu site, as informações de quantos leitos estão ocupados e livres nas unidades hospitalares credenciadas no Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7519, de 14 de fevereiro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do DETRAN/Rj disponibilizar informações sobre o exame de alcoolemia (etilômetro, etilotestes ou bafômetro) na sua página na internet e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7513, de 10 de janeiro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a prestação de informações por estabelecimentos que comercializam veículos automotores novos ou usados.
<b><u>Lei Estadual nº 7510, de 10 de janeiro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a utilização de embalagens retornáveis para acondicionamento, transporte e comercialização de frutas, verduras e legumes com a devida higienização nas centrais de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7509, de 05 de janeiro de 2017</u></b>	Dispõe sobre o registro e a comunicação dos nascimentos de crianças com síndrome de down nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7500, de 06 de dezembro de 2016</u></b>	Dispõe sobre o serviço de turismo em motocicletas e motociclos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7498, de 06 de dezembro de 2016</u></b>	Limita os gastos com publicidade e propaganda do governo do Estado do Rio de Janeiro pelos próximos 4 anos.



<b><u>Lei Estadual nº 7491, de 21 de novembro de 2016</u></b>	Obriga as empresas que prestam serviços ao Estado do Rio de Janeiro o fornecimento das informações que menciona e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7484, de 08 de novembro de 2016</u></b>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.892, de 1º de novembro de 2006, "que dispõe sobre os produtos que compõem a cesta básica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro".
<b><u>Lei Estadual nº 7483, de 08 de novembro de 2016</u></b>	Reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7486, de 08 de novembro de 2016</u></b>	Altera a lei nº 3.879, de 25 de junho de 2002, "que obriga os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e motéis a colocarem, à disposição dos fregueses deficientes visuais, cardápios em braile" e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7482, de 31 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamentos de shopping centers, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7478, de 31 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a aplicação de multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções, resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais, revogando a lei nº 5.784, de 16 de julho de 2010.
<b><u>Lei Estadual nº 7468, de 26 de outubro de 2016</u></b>	Declara como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro as barracas de praia utilizadas para comércio informal.
<b><u>Lei Estadual nº 7467, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Determina constar, em editais de licitações para aquisição ou locação de novas viaturas policiais e de condução de presos, a especificação de para-brisas blindados na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7463, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Regulamenta os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinzas para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7462, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Proíbe qualquer tipo de trote em calouros das universidades e faculdades localizadas no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7461, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a divulgação obrigatória, nos estabelecimentos bancários e similares, situados em todo o Estado do Rio de Janeiro, da proibição de venda casada de produtos ou serviços e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7458, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre o fornecimento pela secretaria competente de protocolo de atendimento quando da solicitação documento para acesso a instituições penitenciárias.

<b><u>Lei Estadual nº 7454, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Autoriza o poder executivo a reduzir a jornada de trabalho de servidores públicos ou militares que sejam legalmente responsáveis por pessoa com deficiência que requeiram atenção permanente.
<b><u>Lei Estadual nº 7451, de 18 de outubro de 2016</u></b>	Trata da transparência na realização de testes ou exames psicotécnicos, bem como de pesquisas, investigações sociais ou outros mecanismos relacionados à análise da conduta pregressa de candidatos a cargos públicos, bem como assegura o acesso aos motivos de sua reprovação, ou não seleção, em face de tais instrumentos e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7449, de 13 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento e disposição final ambientalmente adequada aos animais mortos em estradas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7448, de 13 de outubro de 2016</u></b>	Cria subtítulo nos Registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro denominado "feminicídio".
<b><u>Lei Estadual nº 7447, de 13 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a afixação de cartazes explicativos e de treinamento dos professores sobre as técnicas conhecidas como "Manobra de Heimlich" e "Tapotagem" em creches públicas e particulares no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7443, de 07 de outubro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de provedores de roupas, calçados, similares e demais artigos, que integram o vestuário feminino e masculino, acessíveis às populações com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos locais que especifica, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7439, de 05 de outubro de 2016</u></b>	Revoga o parágrafo único do artigo 19 da Lei nº 5042, de 12 de junho de 2007, que "disciplina o cadastramento de estabelecimento destinado ao corte ou ao desmonte de veículos automotores terrestres e dá outras providências".
<b><u>Lei Estadual nº 7435, de 29 de setembro de 2016</u></b>	Altera a lei nº 4.358, de 21 de junho de 2004 que dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7434, de 29 de setembro de 2016</u></b>	Dispõe sobre atendimento diferenciado para portadores de diabetes no estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7432, de 26 de setembro de 2016</u></b>	Dispõe sobre os procedimentos adotados na realização dos convênios para a consignação de empréstimos mediante desconto em folha de pagamento a servidores públicos civis e militares, aposentados e pensionistas, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7406, de 03 de agosto de 2016</u></b>	Dispõe sobre a emissão de comprovante de agendamento de vistoria pelo DETRAN-RJ e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 7404, de 03 de agosto de 2016</u></b>	Altera a Lei 6614, de 06 de dezembro de 2013, que proíbe os anúncios que especifica, na forma em que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7403, de 22 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre o efetivo mínimo de policiais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7402, de 18 de julho de 2016</u></b>	Determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.
<b><u>Lei Estadual nº 7401, de 18 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a garantia de acessibilidade para os deficientes visuais e pessoas com baixa visão na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7400, de 18 de julho de 2016</u></b>	Isenta as instalações sedes de eventos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 da obrigação de manterem depósito para guarda de armas, instituída na forma da lei nº 3.716, de 26 de novembro de 2001.
<b><u>Lei Estadual nº 7399, de 18 de julho de 2016</u></b>	Suspende, por tempo determinado, direitos de uso e o acesso gratuito ao Maracanã.
<b><u>Lei Estadual nº 7394, de 14 de julho de 2006</u></b>	Altera a Lei nº 6590, de 18 de novembro de 2013, que obriga os bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, a divulgarem as informações que menciona - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos.
<b><u>Lei Estadual nº 7393, de 14 de julho de 2016</u></b>	Obriga as instituições bancárias, que recebem, com exclusividade, taxas, tributos e impostos estaduais, a imprimirem as guias de recolhimento para os clientes, no ato do pagamento.
<b><u>Lei Estadual nº 7389, de 14 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a instalação de terminais eletrônicos de consulta de preços nos supermercados e hipermercados situados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7388, de 14 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a criação do programa de banco de remédios doados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7329, de 08 de julho 2016</u></b>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei de Diretrizes para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7328, de 07 de julho 2016</u></b>	Altera a Lei 4946, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de lacres de segurança nas embalagens dos produtos fabricados pela indústria de cosméticos que são comercializados no Estado do Rio de Janeiro.

<b><u>Lei Estadual nº 7327, de 07 de julho de 2016</u></b>	Dispõe assegurar, através do sistema único de saúde, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o acesso dos diabéticos ao teste de anticorpos antiga para identificação do tipo específico de diabetes.
<b><u>Lei Estadual nº 7326, de 07 de julho de 2016</u></b>	Dispõe sobre a afixação de cartazes na parte externa dos elevadores das edificações públicas e privadas, alertando na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7324, de 30 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nos depósitos de armamentos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7323, de 30 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre a gratuidade na emissão da primeira emissão da carteira de identidade e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7314, de 15 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro em permitir a presença de doulas durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente.
<b><u>Lei Estadual nº 7309, de 13 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre a disponibilização de espaço nos estabelecimentos hospitalares públicos para a criação de biblioteca, no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7308, de 10 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre a instalação de circuito interno de TV nos museus, órgãos culturais e instituições afins do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7299, de 03 de junho 2016</u></b>	Dispõe sobre o estabelecimento de processos consultivos para a indicação de diretores e diretores adjuntos das instituições de ensino integrantes da rede da Secretaria de Estado de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC.
<b><u>Lei Estadual nº 7289, de 30 de maio de 2016</u></b>	Dispõe sobre alteração da Lei nº 6746, de 08 de abril de 2014 que versa sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7283, de 25 de maio 2016</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento nos estacionamentos de pontos de paradas de caminhões nas rodovias do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7281, de 25 de maio 2016</u></b>	Altera a lei nº 3.397, de 08 de maio de 2000, para incluir a obrigatoriedade de apresentação da identidade profissional para a confecção de carimbos no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7275, de 17 de maio de 2016</u></b>	Torna obrigatório a presença de desfibrilador nos locais que menciona e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 7271, de 2 de maio de 2016</u></b>	Autoriza o poder executivo a criar nos hospitais do estado do Rio de Janeiro o tratamento de oxigenoterapia hiperbárica.
<b><u>Lei Estadual nº 7267 de, 26 de abril 2016</u></b>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7263, de 25 de abril 2016</u></b>	Dispõe sobre o registro das placas dos veículos que trafegam nas praças de pedágio no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7256, de 11 de abril 2016</u></b>	Altera dispositivos da Lei nº 6.456, de 3 de junho de 2013, que "dispõe sobre a dispensa de registro dos contratos de leasing de veículos em cartório no âmbito do Estado do Rio de Janeiro" e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.252, de 05 de abril de 2016</u></b>	Institui, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a política estadual de incentivo e fomento a feiras gastronômicas e à comercialização de alimentos em trailers, vans, caminhões e veículos similares conhecidos como "food trucks" e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7250, de 04 de abril de 2016</u></b>	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.733, de 23 de março de 2006, que dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.226, 08 de março de 2016</u></b>	Altera a redação da lei nº 3.451, de 28 de agosto de 2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem afixados, nos gabinetes médicos e em painéis próprios na recepção dos hospitais da rede estadual, os nomes, horários, dias de plantão e especialidades dos médicos lotados.
<b><u>Lei Estadual nº 7225 de 01 de março 2016</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes, nos estabelecimentos comerciais que oferecem serviços de aplicação de tatuagem permanente, informando o impedimento de doação de sangue por um ano, a contar da aplicação.
<b><u>Lei Estadual nº 7216, de 18 de janeiro 2016</u></b>	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas a saúde pública no estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7213, de 18 de janeiro 2016</u></b>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4892, de 1º de novembro de 2006, que dispõe sobre os produtos que compõem a cesta básica no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7209, de 14 de janeiro 2016</u></b>	Altera a lei nº 3.162, de 30 de dezembro de 1998, para dispor sobre o período de armazenamento de imagens nos estabelecimentos bancários.
<b><u>Lei Estadual nº 7203, de 11 de janeiro 2016</u></b>	Autoriza o poder executivo a providenciar junto às concessionárias de serviços públicos de transportes de passageiros a instalação de dispositivos e localização e de orientação dos usuários nas saídas das respectivas estações de embarque e desembarque.

<b><u>Lei Estadual nº 7202, de 08 de janeiro 2016</u></b>	Proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7196, de 07 de janeiro 2016</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Ecolavagem", no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7195, de 7 de janeiro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a docência em educação física, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7194, de 7 de janeiro de 2016</u></b>	Dispõe sobre a possibilidade de utilização de animais para fretamento de carroças e charretes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7191, de 06 de janeiro de 2016</u></b>	Dispõe sobre o direito ao parto humanizado na rede pública de saúde no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7181, de 28 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a determinação de serem realizados presencialmente cursos de Atualização e de reciclagem bem como cursos para obtenção da primeira habilitação junto ao Detran/RJ e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7167, de 21 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre concursos públicos no âmbito do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7151, de 17 de dezembro de 2015</u></b>	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os órgãos da administração pública direta e indireta e estabelecimentos privados de atendimento à saúde do Estado do Rio de Janeiro, informando sobre o teor da Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986.
<b><u>Lei Estadual nº 7150, de 17 de dezembro de 2015</u></b>	Institui nos hospitais localizados no Estado do Rio de Janeiro o "Programa Enfermagem" e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7147, de 17 de dezembro de 2015</u></b>	Obriga os bares, lanchonetes e restaurantes situados no estado do Rio de Janeiro, a divulgarem o número do telefone do "disque segurança alimentar – ALERJ".
<b><u>Lei Estadual nº 7146, de 17 de dezembro de 2015</u></b>	Concede ao servidor público estadual o direito a folga remunerada após a realização de sessão de quimioterapia ou radioterapia a que tenha de se submeter, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 7145, de 17 de dezembro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a criação do programa "cadeira de rodas motorizada para pessoas com distrofia muscular progressiva", para cessão gratuita, na forma que menciona.

<b><u>Lei Estadual nº 7125, de 10 de dezembro de 2015</u></b>	Torna obrigatória a divulgação dos telefones dos órgãos policiais em pet shops, clínicas veterinárias e similares, visando o combate aos maus tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados.
<b><u>Lei Estadual nº 7123, de 08 de dezembro 2015</u></b>	Altera a lei nº 4.291, de 22 de março de 2004 e dá outras providências.
<b><u>Lei nº 7118, de 30 de novembro 2015</u></b>	Altera dispositivos da lei 5421 de 31 de março de 2009 e dá outras providências.
<b><u>Lei nº 7115, de 24 de novembro 2015</u></b>	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7111 de 23 de novembro 2015</u></b>	Altera a ementa e o art. 1º da lei nº 4582, de 25 de julho de 2005, que dispõe sobre a realização dos exames oftalmológicos nos recém nascidos.
<b><u>Lei Estadual nº 7110, de 19 de novembro 2015</u></b>	Regulamenta o acesso, em propriedades públicas e privadas, de agentes de saúde e vigilância epidemiológica, em casos de iminente risco de epidemia ou situação de epidemia, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.109, de 19 de novembro 2015</u></b>	Regulamenta o serviço de entrega de correspondência e mercadorias realizada por transportadoras ou empresas de entregas expressas no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7.106, de 18 de novembro de 2015</u></b>	Cria o programa de redistribuição de alimentos excedentes e dá outras providencias.
<b><u>Lei Estadual nº 7.105, de 16 de novembro de 2015</u></b>	Fica criado o sistema ciclovitário no Estado do Rio de Janeiro, como incentivo ao uso de bicicletas para o transporte, contribuindo para o desenvolvimento da mobilidade sustentável.
<b><u>Lei Estadual nº 7.103, de 13 de novembro 2015</u></b>	Altera a lei nº 3.576, de 06 de junho de 2001 que "dispõe sobre o funcionamento de clínicas e/ou consultório de estética e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.102, de 13 de novembro de 2015</u></b>	Institui o Programa Estadual de Tratamento da Apneia do Sono e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7083, de 16 outubro 2015</u></b>	Dispõe sobre a venda e o consumo de bebidas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7082, de 15 outubro 2015</u></b>	Que altera os dispositivos da lei nº 4511, de 13 de janeiro de 2005, que obriga as empresas de segurança privada a acionarem de imediato a polícia assim que for detectada uma emergência por seus clientes.
<b><u>Lei Estadual nº 7056, de 28 de agosto de 2015</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e os demais meios de hospedagem no âmbito do estado do Rio de Janeiro, comunicar ao cliente, preços de produtos e serviços no ato da reserva do estabelecimento.

<b><u>Lei Estadual nº 7055, de 28 de agosto de 2015</u></b>	Autoriza a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro a definir critérios para o acesso de mulheres ao exame de mamografia, garantindo também o amplo acesso aos exames e sem exigência da avaliação unilateral.
<b><u>Lei Estadual nº 7049, de 25 de agosto de 2015</u></b>	("Lei Angelina Jolie") - Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7048 de 24 de julho de 2015</u></b>	Altera a lei nº 2403, de 24 de maio de 1995, para dispor sobre a vedação da fabricação, da venda, da comercialização, do transporte e da distribuição de réplicas ou simulacros de armas de brinquedo, e instituir a semana do desarmamento infanto-juvenil.
<b><u>Lei Estadual nº 7041, de 15 de julho de 2015</u></b>	Estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos e agentes públicos que discriminem as pessoas por preconceito de sexo e orientação sexual e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual 7.013, de 26 de maio de 2015</u></b>	Torna obrigatória a divulgação do Serviço Viva Voz 132 do Governo Federal, que orienta e informa sobre a prevenção e o uso de drogas.
<b><u>Lei Estadual 7.012, de 26 de maio de 2015</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar o Regime Assistencial Especial de atendimento de emprego e renda às mulheres vítimas de violência conjugal no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7011, de 25 de maio de 2015</u></b>	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos de atendimento ao cumprimento de medidas sócio-educativas privativas de liberdade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7010, de 25 de maio de 2015</u></b>	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7006, de 15 de maio de 2015</u></b>	Concede prioridade para atendimento nas Delegacias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro a crianças, adolescentes e Conselheiros Tutelares no exercício da sua função e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6993, de 05 de maio de 2015</u></b>	Institui o Programa de Envelhecimento Ativo – PEA, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6986, de 17 de abril de 2015</u></b>	Proíbe a prestação de serviços de vigilância por cães de guarda com fins lucrativos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6985, de 17 de abril de 2015</u></b>	Disciplina a prestação de serviços por provedores de acesso a internet, provedores de hospedagem, sites de relacionamento, ou qualquer outro serviço de uso contínuo, cuja utilização seja remunerada, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.



<b><u>Lei Estadual nº 6984, de 13 de abril de 2015</u></b>	Altera a Lei 2519, de 17 de janeiro de 1996, que institui a cobrança da meia-entrada em estabelecimento culturais e de lazer do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6983, de 31 de março de 2015</u></b>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6970, de 03 de março de 2015</u></b>	Dispõe sobre os estágios dos alunos oriundos de Cursos Técnicos Públicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6969, de 03 de março de 2015</u></b>	Destina reserva de assentos aos idosos e portadores de deficiência nos terminais rodoviários localizados no Estado.
<b><u>Lei Estadual nº 6963, de 16 de janeiro de 2015</u></b>	Consolida os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas e comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6961 de 15 de janeiro de 2015</u></b>	Dispõe sobre a divulgação do Serviço de Disque-Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher e do SOS Mulher da ALERJ, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6929, de 01 de dezembro de 2014</u></b>	Obriga as empresas de comunicação sediadas ou com sucursal no estado do Rio de Janeiro a adquirir equipamentos de segurança para coberturas jornalísticas em situações que representem risco à integridade física dos profissionais de comunicação no exercício de sua atividade.
<b><u>Lei Estadual nº 6927, de 01 de dezembro de 2014</u></b>	Obriga a empresas de telefonia móvel, situadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a enviarem mensagem aos consumidores, dispondo sobre o limite da franquia contratada.
<b><u>Lei Estadual nº 6923, de 26 de novembro de 2014</u></b>	Ficam os hipermercados, supermercados, mercados e afins obrigados a acomodarem, para exibição única, específica e de destaque, produtos alimentícios recomendados para pessoas com doença celíaca e intolerantes à lactose.
<b><u>Lei Estadual nº 6920, de 13 de novembro de 2014</u></b>	altera a Lei nº 2.650, de 05 de dezembro de 1996, que obriga os centros comerciais e supermercados a terem cadeira de rodas para atender a clientela circunstancialmente necessitada de uso deste equipamento.
<b><u>Lei Estadual nº 6914, de 06 de novembro de 2014</u></b>	Dispõe sobre sistema de ingresso nos Cursos de Pós-Graduação, compreendendo programas de Mestrado e Doutorado, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento nas Universidades Públicas Estaduais e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 6897, de 24 de setembro de 2014</u></b>	Dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro sobre a informação aos motoristas pelo Detran-RJ a respeito da suspensão e cassação da CNH e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6912, de 30 de outubro de 2014</u></b>	Altera o art. 4º da Lei 6084, de 22 de novembro de 2011, que institui o Programa de Prevenção e Conscientização do Assédio Moral e violência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6907 de 14 de outubro de 2014</u></b>	Dispõe sobre serviços funerários em situações de desastres atendidos pela Defesa Civil.
<b><u>Lei Estadual nº 6906, de 14 de outubro de 2014</u></b>	Altera a redação do caput do artigo primeiro da Lei 5939, de 04 de abril de 2011.
<b><u>Lei Estadual nº 6904, de 09 de outubro de 2014</u></b>	Altera a Lei nº 1.941, de 30 de dezembro de 1991, incluindo no rol dos seus beneficiários, as pessoas com mobilidade reduzida e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6901, de 02 de outubro de 2014</u></b>	Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6802, de 18 de junho de 2014</u></b>	Institui o programa de compromisso das Empresas e Órgãos Públicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.
<b><u>Lei Estadual nº 6796, de 04 de junho de 2014</u></b>	Dispõe sobre a campanha educativa visando a conscientização para o enfrentamento da exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres nos grandes eventos realizados no estado do Rio de Janeiro
<b><u>Lei Estadual nº 6784 de 22 de maio de 2014</u></b>	Obriga as federações de artes marciais instaladas no estado do Rio de Janeiro a terem registro próprio em seus quadros de todos os que obtenham grau de mestre, faixa preta ou equivalentes.
<b><u>Lei Estadual nº 6786, de 22 de maio de 2014</u></b>	Autoriza a recusa por parte dos estabelecimentos comerciais quanto à revelação e gravação dos materiais que especifica
<b><u>Lei Estadual nº 6.772, de 09 de maio de 2014</u></b>	Altera a lei nº 5.837, de 11 de novembro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de dispositivos para interromper o processo de sucção em piscinas e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6767, de 06.05.2014</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Detran em anexar ao Certificado de Registro e Licenciamento de veículos (CRLV) no momento de sua renovação anual a cópia da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008 e a devida afixação de cartaz em todos os locais de atendimento do Detran, contendo a íntegra da referida lei e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6765, de 05 de maio de 2014</u></b>	Dispõe sobre a prática de atividades físicas e esportivas em clubes, academias e estabelecimentos similares, e dá outras providências

<b><u>Lei nº 6762 de 29 de abril de 2014</u></b>	Dá nova redação a Ementa e ao art. 1º da Lei nº 6326, de 26 de setembro de 2012 (Obriga os parques de diversões, circos e casas de festas, a afixarem, nas bilheterias, de forma visível ao consumidor, o certificado de aprovação, a autorização para funcionamento e o alvará de licença, em todo o Estado do Rio de Janeiro).
<b><u>Lei Estadual nº 6740, de 02 de abril de 2014</u></b>	Altera a lei nº 6067, de 25 de outubro de 2011.
<b><u>Lei Estadual nº 6718, de 21 de março de 2014</u></b>	Obriga as empresas sediadas no estado do rio de janeiro que comercializam bens e serviços pela internet a exibirem a opção de redirecionamento automático para os sítios do PROCON-RJ em suas respectivas páginas na internet.
<b><u>Lei Estadual nº 6717, de 18 de março de 2014</u></b>	Proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público.
<b><u>Lei Estadual nº 6713, de 14 de março de 2014</u></b>	Torna obrigatória a disponibilização de mobiliário adequado para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida em estabelecimentos de ensino no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6711, de 14 de março de 2014</u></b>	Altera a lei nº 5.318, de 17 de novembro de 2008, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias, estabelecidas no estado do rio de janeiro, de afixar cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico e dá outras providências"
<b><u>Lei Estadual nº 6710, de 14 de março de 2014</u></b>	Altera art. 1º da lei nº 3884, de 25 de junho de 2002, dispondo sobre isenção de pagamento para utilização dos banheiros públicos as pessoas maiores de 60 anos.
<b><u>Lei Estadual nº 6568, de 29 de outubro de 2013.</u></b>	Torna obrigatória a utilização de identificador eletrônico de vagas nos estacionamentos pagos dos shoppings centers, centros comerciais, supermercados, hipermercados, edifícios garagem e rodoviárias e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6558, de 16 de outubro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e disponibilização de desfibrilador cardíaco externo automático, nas estações rodoviárias, de barcas, metrô e trens, no âmbito do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.

<b><u>Lei Estadual nº 6545, de 02 de outubro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas, no âmbito do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6544, de 26 de setembro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a instalação de placas de informação sobre postos de combustíveis existentes nas rodovias estaduais.
<b><u>Lei Estadual nº 6537, de 18 de setembro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos médicos em seus locais de trabalho.
<b><u>Lei Estadual nº 6530, de 12 de setembro de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a instalação de painel informativo, com relação de medicamentos disponíveis para entrega imediata, em todas as unidades da rede pública do estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6522, de 02 de setembro de 2013.</u></b>	Altera dispositivos da lei nº 2.621, de 11 de setembro de 1996, que torna obrigatória a inclusão da informação sobre o tipo sanguíneo do portador na carteira de identidade.
<b><u>Lei Estadual nº 6503, de 16 de agosto de 2013.</u></b>	Obriga os estabelecimentos bancários dotados de porta com detector de metais a disponibilizarem guarda-volumes gratuitamente a seus clientes.
<b><u>Lei Estadual nº 6502, de 16 de agosto de 2013.</u></b>	Dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do estado do rio de janeiro, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública.
<b><u>Lei Estadual nº 6498, de 18 de julho de 2013</u></b>	Institui programa de aproveitamento de alimentos não consumidos no estado do rio de janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6483, de 04 de julho de 2013</u></b>	Dispõe sobre a aplicabilidade das penalidades administrativas, motivadas pela prática de atos de discriminação racial.
<b><u>Lei Estadual nº 6467, de 10 de junho de 2013</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação e manutenção de cadastro unificado para informação a parentes sobre presos, hospitalizados e albergados nas condições que especifica e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6465, de 06 de junho de 2013</u></b>	Obriga as Agências Reguladoras de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro a prestar Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 horas, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 6456, de 03 de junho de 2013</u></b>	Dispõe sobre a dispensa de Registro dos Contratos de Leasing de Veículos em Cartório no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6450, de 15 de maio de 2013</u></b>	Dispõe sobre o custeio de prestação de serviços de natureza jurídica com o fim que se especifica, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6341, de 09 de novembro de 2012</u></b>	Dispõe sobre o cancelamento do serviço prestado por operadoras de telefonia móvel, fixa e afins, na forma que menciona.

<b><u>Lei Estadual nº 6337, de 05 de novembro de 2012</u></b>	Obriga as concessionárias dos serviços de internet a cancelarem a multa de fidelidade na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual, nº 6.263, de 18 de junho de 2012</u></b>	Altera a Lei Estadual nº 4933, de 20 de dezembro de 2006.
<b><u>Lei Estadual nº 6.256, de 01 de junho de 2012</u></b>	Alteram-se as Leis nº 2.800, de 26 de setembro de 1997, e nº 5.108, de 11 de outubro de 2007, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6.241, de 18 de maio de 2012</u></b>	Os estabelecimentos que promovem eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer, públicos e privados, localizados no âmbito do estado do rio de janeiro, ficam obrigados a afixar placa em local visível e próximo das bilheterias informando o direito do idoso, conforme o artigo 23 da lei federal nº 10741, de 01/10/03, com os dizeres que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 6.225, de 24 de abril de 2012</u></b>	Estabelece normas para a comprovação de residência no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6.224, de 24 de abril de 2012</u></b>	Obriga os bancos e demais instituições financeiras situadas no estado do Rio de Janeiro a possuírem, em local acessível e visível aos consumidores, tabela dos produtos e serviços gratuitos.
<b><u>Lei Estadual nº 6.216, de 20 de abril de 2012</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3d) no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6.153, de 5 de janeiro de 2012</u></b>	Dispõe sobre a proibição de venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão de consumo de bebida alcoólica aos menores de 18 (dezoito) anos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6.110, de 13 de dezembro de 2011</u></b>	Altera a Lei Estadual nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, instituindo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o "Dia da Justiça Estadual".
<b><u>Lei Estadual nº 6.103, de 08 de dezembro de 2011</u></b>	Dispõe sobre a regulamentação da cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviço de venda de ingressos pela internet ou telefone no estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6.085, de 22 de novembro de 2011</u></b>	Altera Lei Estadual nº 4.223, de 24 de novembro de 2003, para determinar obrigações às agências bancárias, no estado do Rio de janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6075, de 11 de novembro de 2011</u></b>	Obriga as concessionárias a divulgarem informações relativas aos direitos dos motoristas que trafegam pelas rodovias concedidas no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6067, de 25 de outubro de 2011</u></b>	Dispõe sobre reserva de vagas para negros e índios nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo

	do Estado do Rio de Janeiro e das entidades de sua administração indireta.
<b><u>Lei Estadual nº 6059, de 07 de outubro de 2011</u></b>	Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 5978, de 24 de maio de 2011</u></b>	Dispõe que os Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Rio de Janeiro, bem como os Órgãos Autônomos e Empresar sob o controle Estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.
<b><u>Lei Estadual nº 5938, de 4 de abril de 2011</u></b>	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública estadual e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 5931, 25 de março de 2011</u></b>	Dispõe sobre a criação da delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância – DECRADI.
Lei Complementar nº 140, de 18 de março de 2011	Extingue o estágio experimental no âmbito da Administração Pública do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 5875, de 13 de janeiro de 2001</u></b>	Altera a redação da <u>Lei 3926, de 23 de agosto de 2002</u> , que dispõe sobre a obrigatoriedade de entoar o Hino Nacional no início das competições esportivas oficiais.
<b><u>Lei Estadual nº 5871, de 13 de janeiro de 2001</u></b>	Altera o artigo 1º da Lei nº 854, de 03 de junho de 1985.
<b><u>Lei nº 5823, de 20 de setembro de 2010</u></b>	Obriga as concessionárias de serviço público a dar publicidade aos telefones das ouvidorias das agências reguladoras de serviço público, na forma que menciona.
<b><u>Lei estadual nº 5689, de 08 de abril de 2010</u></b>	Altera a Lei nº 3899, de 19 de julho de 2002, e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 5671, de 25 de março de 2010</u></b>	Altera a Lei Estadual nº 5059, de 5 de julho de 2007. (Tratamento Preferencial)
<b><u>Lei Estadual nº 5670, de 25 de março de 2010.</u></b>	Dispõe sobre a orientação relativa ao seguro DPVAT nas rodovias estaduais concedidas e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 5427, de 01 de abril de 2009.</u></b>	Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
**Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)